

# REVISTA ABRANGENTE



Revista Abrangente / Editora Fabrange – vol. 2, n.05 {maio .2023} – São Paulo: Faculdade Abrange ABC, 2023.

72p: il, color

Mensal ISSN 2764-9229

1.Educação. 2. Violência na escola. 3. Professores e alunos. 4. Ambiente escolar.  
5. Assédio nas escolas. 6. Assédio – Brasil. 7. Assédio no ambiente de trabalho –  
Brasil. 8. Educação infantil. 9. Aprendizagem. 10. Crianças – formação.  
11. Educação – pré-escolar. 12. Prática de ensino. 13. Saúde mental.  
14. Educação – história. 15. Sociologia educacional.

Catálogo: Maria Inês Meinberg Perecin – CRB: 8/5598

# EDITORIAL

## ASSÉDIO MORAL E BULLYING NA ESCOLA

Assédio moral e bullying são problemas que destoam das normas de convivência em sociedade. O esperado pela maioria dos indivíduos é que os espaços cotidianos como escola e trabalho estejam preparados para garantir um ambiente socialmente saudável aos alunos e trabalhadores. O bullying e o assédio são agressões psicológicas que colocam o indivíduo afetado em condições de vulnerabilidade.

Bullying é uma forma de agir para amedrontar e acuar uma pessoa, é mais comum no ensino fundamental e médio, mas também pode ocorrer no ensino superior. A prática pode ser identificada quando se nota um padrão de agressão e perseguição com uma vítima, uma agressão isolada não pode ser caracterizada como bullying.

O assédio moral se caracteriza pela exposição de alguém a situações humilhantes e constrangedoras de forma repetitiva. Geralmente ocorre em ambiente de trabalho durante o exercício de funções. Assim, o assédio moral representa uma violência perversa no cotidiano escolar, onde o diretor abusa de seu poder diretivo para agredir a personalidade e dignidade de seu subordinado, mediante atitudes autoritárias, desumanas e vexatórias.

Essas humilhações podem acarretar problemas de autoestima, ansiedade, depressão, irritabilidade, apatia, perturbações do sono e memória, problemas digestivos podendo até levar o indivíduo ao suicídio.

Portanto, é importante que essas situações sejam cada vez mais debatidas, para evitar que aconteçam e sejam interrompidas quando percebidas, seja por terceiros ou pelo próprio indivíduo com ajuda de terceiros, como a diretoria da escola, ou o RH empresa.

**Profa. Dra. Adriana Alves Farias**

**Revista ABRANGENTE**

### **Editora-Chefe**

Profa. Dra. Adriana Alves Farias

### **Conselho Editorial**

Profª Adriana de Souza

Profº Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Júnior

Márcia da Silva Ferreira Hentz

Rosali de Oliveira Mendes

Elaine Cristina Romanha Pavecchi

### **Secretários Executivos**

Aldinei Tomé

Lucilia Bárbara Miguel

### **Revisão e Normalização de Textos**

Telma Tomé

Adriana Martinez Cheliga

### **Bibliotecária**

Maria Inês Meinberg Perecin

CRB - 8/5598

### **Programação Visual e Diagramação**

Eliana Duarte de Souza

### **Projeto Gráfico**

FABRANGE – Faculdade Abrange ABC

### **Direção Geral**

Tânia Tomé

### **COPYRIGHT**

Revista Abrangente, FABRANGE –  
Faculdade Abrange ABC

Volume 2, Número 05 (Maio/2023) - SP  
ISSN 2764-9229 (Digital)

SITE: <https://fabrange.edu.br/revista/>

Publicação Mensal e multidisciplinar vinculado a Editora Fabrange. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.



# SUMÁRIO

**05 VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES EM SALA DE AULA**

MELINA APARECIDA DE SOUSA COA

---

**14 ARTES VISUAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

MIRTES SOARES DE OLIVEIRA

---

**25 ASSÉDIO MORAL NO CONTEXTO ESCOLAR**

RODOLFO DA SILVA BARBOZA

---

**37 ENSINO APRENDIZAGEM UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

SIMONE LACERDA DE OLIVEIRA

---

**46 A VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA ALIADA À PRÁXIS COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO CERCEAMENTO DO ENCANTAMENTO INFANTIL**

VANIA ANSELMO QUARTIM DE BLASIS

---

**52 SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

YARA DA SILVA FARIA

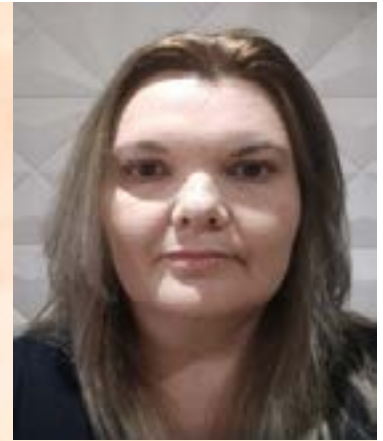
---

**60 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS PRIMÓRDIOS À IDADE CONTEMPORÂNEA**

ZILMA MOURA LOPES

---

# VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES EM SALA DE AULA



## MELINA APARECIDA DE SOUSA COA

Professora de Educação Infantil I na Rede Municipal de São Paulo; Emei Vera Arnoni Scalquetti; Faculdade Unida de São Paulo-2022; Pós-Graduação em Educação para Diversidade, inclusão e cidadania.

## RESUMO

Acreditamos que um professor da rede pública ou privada, tem muitos papéis a desenvolver no ambiente escolar, mas quando se trata de algo físico ou psicológico, que um aluno vem carregando de fora de uma instituição é mais difícil de lidar de maneira empática. Um aluno quando adentra dentro deste ambiente deverá ser acolhido, mas sabemos que nem sempre uma criança saberá lidar com um fardo grande, esta carga, traz aos professores como receptores de enorme explosão de sentimentos. Muitos alunos inclusive na idade escolar de nível fundamental I, não sabem lidar com seus sentimentos, salientamos ainda que, nem todos que ali foram inseridos têm uma base familiar compacta. Portanto, sempre colocaremos que empatia é um objetivo da educação ela pode ser definida como a capacidade de entrar em sintonia com os sentimentos de outras pessoas, mas verdadeiramente qual o papel do professor neste sentido. O educador não tem uma técnica específica para tratar de determinado assunto, pois este não o foco nem a competência docente, destarte, mesmo que o educador não seja competente para tratar de assuntos psicológicos a capacidade de identificar individualmente cada aluno e suas necessidades, lhe faz necessário quando seu aluno precisa de um acolhimento, entender suas circunstâncias de vida, suas potencialidades e suas dores, traz ao professor o direcionamento para a melhor abordagem educativa. A construção de relacionamento exonera conflitos de ordem genérica e a violência, da mesma forma, que impede que se espalhe por todos os alunos contra o educador, o momento em que vivemos as mídias sociais vem ganhando muito destaque, como se a violência, agressão física e o desrespeito fosse algo comum, não é, pois se trata de um tema muito conflituoso e longe de ter seu fim, a luta contra essa barbárie vai muito além dos comunicados repassados a sociedade, devemos por um basta, pois a escola é um local de acolhimento amor e disciplina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agressão física em professores; Violência nas escolas; Agressão contra os professores; Chacina em unidades escolares.

## INTRODUÇÃO

A missão do educador sempre será o ensino de qualidade, o foco de ensinar somente o ensino básico jamais foi aplicado, a vida de um docente depende de que seu aluno alcance o êxito em todas as áreas da sua vida. Tornando assim, a disciplina se depara com esta questão o que fazer quais métodos empregar, e se não funcionar, estas questões sempre o assombraram.

Em se tratando de ensino positivado, a empatia palavra pouco usada, mas com muito valor, vem ganhando força na sociedade, pode ser muitas vezes e deve ser a base das relações interpessoais e produtivas, pois só compreendendo o outro podemos estabelecer um diálogo acolhedor.

Nos primórdios dos tempos, muito se ouviu que o bullying, era o motivo de chacinas em escolas, no entanto acredito que hoje a violência empregada por alunos contra professores ganhou outro contexto.

O Alicerce da cultura da paz, que hoje mais do que nunca precisamos defender, gera um ensino de qualidade é a empatia do educador em reconhecer que aquele determinado aluno (a), possui um trauma ou doença neurológica que o leva a transmitir algum tipo de violência da maneira que o autobloqueio e sua defesa será sempre a violência por alguém que tenta a aproximação.

O tema aqui abordado possui um volume tão desproporcional, que quando nos deparamos com ele de frente, e difícil de combatê-los, alguns docentes são alvos de grandes agressões e essa tarefa nunca minimiza com o tempo, alguns de acordo com as estatísticas são alvos de atentado contra a vida e se faz necessário o afastamento de suas atividades dependendo da situação que lhes ocorrer.

Com pesar que ainda haja este tipo de violência dentro de um ambiente escolar, ambiente este que deveria ser palco de grande alegria, conhecimento, presente e futuro promissor e não cenário de violência, não é atoa que o Brasil lidera o ranking de violência contra os professores, de acordo com dados de uma pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre violência em escolas com mais de 100 mil professores, o Brasil lidera o ranking de agressões contra docentes: Dentre os professores ouvidos, 12,5% afirmaram ser vítimas de agressões verbais ou intimidações de alunos. Triste é que a escola pode ser palco de muitas coisas, mas para a violência não se deve ter tolerância, sendo assim, devemos empregar modelos de apoio, sempre nos atentar a como é o tratamento com os alunos, os professores e todas as classes.

Por fim, devemos levar em consideração que a violência desenfreada ganhou uma força nas escolas, que será necessário mais esforços para impossibilitar que continue dentro de nossas escolas, e que haja respeito com nossos professores que tanto se empenham a aplicar o ensino a escola é lugar de educação seja ela empregada ou aplicada no dia-a-dia, o professor deve ter a atenção e apreço por seus superiores e corpo docente e o respeito de seus alunos.

## CONCEITO HISTÓRICO

O conceito histórico etimologicamente falando, na língua inglesa, bullying é um substantivo derivado do verbo bully, que significa machucar ou ameaçar alguém mais fraco para forçá-lo a fazer algo que não quer. O termo com esta definição foi proposto após o Massacre de Columbine, ocorrido nos Estados Unidos no ano de 1999, pelo pesquisador sueco Dan Olweus, a partir do gerúndio do verbo inglês to bully que tem acepção de “tiranizar, oprimir, ameaçar ou amedrontar”, portanto, mas conhecido para definir os valentões que, nas escolas, procuram intimidar os colegas que tratam como inferiores.

De modo contrário do que é divulgado, o Bullying praticado em escolas é voltado, com a classe superior que são os professores ao contrário do que é divulgado nas mídias, o conceito também chamado de intimidação sistemática, intimidação vexatória, uso de força física, ameaça ou coerção, que de maneira agressiva e habitual.

A cultura do bullying pode se desenvolver em qualquer contexto em que humanos interajam uns com os outros, isso inclui a escola, a família, o local de trabalho e muitas outras.

Diversas são as justificativas, para tais comportamentos às vezes incluem diferenças de classe social, raça, religião, gênero, orientação sexual, aparência, comportamento, linguagem corporal, personalidade, reputação, linhagem, força, tamanho ou habilidade, sendo assim, podemos dizer que certa prática pode ocorrer com qualquer pessoa realizada por outra, onde o indivíduo achasse no direito de reprimir a outra.

## O QUE É CARACTERIZADO COMO VIOLÊNCIA

A característica de violência pode ter diversas formas, o contexto, que destacamos abaixo representa alguns tipos de violência praticados dentro da escola, podemos observar como requisitos para destacar-se como violência, um deles ou mais podem ser levantados como a mesma integridade, senão vejamos:

- **Violência contra o patrimônio** - é a violência praticada contra a parte física da escola, por um ou mais indivíduos com intuito de depreciar o local.

Segundo destaque de COLOMBIER et al.(1989) p.17: É contra a própria construção que se voltam os pré-adolescentes e os adolescentes, obrigados que são a passar neste local oito ou nove horas por dia.

Interessante destacarmos que COLOMBIER sobre a violência contra o patrimônio é que se tal indivíduo não preserva aquilo que é de seu uso, qual seria a diferença para que o faça contra o outro indivíduo.

- **Violência Doméstica/ou contra agente público/agressão física** - é a violência praticada por familiares ou pessoas ligadas diretamente ao convívio diário do adolescente, esta carac-

teriza crime principalmente se o educador for funcionário de cargo público, caso seja atacado por algum familiar do aluno regularmente matriculado na unidade escolar.

- **Violência simbólica** - É a violência que a escola exerce sobre o aluno quando o anula da capacidade de pensar e o torna um ser capaz de reproduzir, sabemos que o profissional tem o dever de atender as necessidades dos alunos e com as pautas realizadas na escola promover o jovem na vida adulta por meios dos cursos ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte.
- **Violência física** - a nomenclatura em si já se faz jus, brigar, bater, matar, suicidar, estuprar, roubar, assaltar, tiroteio, espancar, pancadaria, ter guerra com alguém, andar armado e, também participar das atividades das gangues, esta irá ser dada em pauta para o professor ou qualquer parte do corpo docente ou discente.

## OS FATORES QUE LEVAM OS JOVENS A PRATICAR ATOS VIOLENTOS

Poderíamos destacar inúmeros fatores, mas fato é que os atos violentos são desencadeados, na primeira infância observamos os quesitos logo quando o individuo é inserido na sociedade, estes podem levar uma criança, ou adolescente a um ato delitivo.

A depreciação delitiva pode ser desencadeada por exemplo: desigualdade social, carência absoluta, pobreza, todos os tópicos geram praticas delitivas não que sejam de ordem cronológica, no entanto, estes podem levar uma criança a ter condições de praticar tais atos que trazem modos irreversíveis para sua vida.

As condições de estarem em uma sociedade e de possuir menos possibilidades de trabalho, estudo e consumo, por si só já diminuem suas possibilidades, porque além de serem pobres se sentem maltratados, vistos como diferentes e inferiores a frente dos demais.

Outro ponto são os das gangues, muito pouco é visto essa prática no Brasil, mas a é banalizada da mesma forma, aqui possuímos a prática do trafico que também não diferencia a maneira de estar dentro de uma gangue, por exemplo o indivíduo enfrenta uma grande oferta de oportunidades: o uso de drogas, uso de bebidas alcoólicas, uso da arma de fogo aliada a inexistência do controle da polícia, da família e comunidade tornam o indivíduo motivado a concluir o ato delitivo e aplicá-lo na escola.

## IMPACTOS NA SAÚDE FÍSICA E EMOCIONAL DO EDUCADOR

As consequências da violência contra professor (as) são preocupantes, as estatísticas Em 2018, a Secretaria Municipal de Educação emitiu 3.055 licenças por doenças relacionadas ao estresse e à depressão.

Os professores assim como seus alunos sofrem as duras consequências, de estar em um



ambiente que não é saudável, lembrando que a escola deveria ser um ambiente harmonioso de aprendizado mútuo, pois os professores também aprendem com seus educandos.

A ressalva que faremos posteriormente é que a violência contra os educadores ganhou uma proporção desenfreada. Segundo pesquisadores do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Violência (Greivi) da Universidade de São Paulo (USP) elaborou uma cartilha gratuita sobre violência escolar que orienta profissionais a lidar com o problema, que vem tendo destaque como:

**SINTOMAS PSICOSSOMÁTICOS:** como dores de cabeça, tontura, náusea, diarreia, enurese, sudorese, taquicardia, dores musculares, alterações no sono podendo ser insônia ou sono excessivo.

**ESTRESSE:** que pode aumentar a vulnerabilidade a doenças diminuindo a resistência imunológica.

**QUESTÕES RELACIONADAS A SAÚDE MENTAL:** como ansiedade, medo, raiva, irritabilidade, inquietação, cansaço, insegurança, isolamento, impotência, rejeição, tristeza, angústia, baixa autoestima, depressão e pensamentos suicidas, dentre outros.

**PREJUÍZO NA SOCIALIZAÇÃO:** aumentando o isolamento social, gerando insegurança que pode afetar a confiança no outro, a capacidade de se expressar em público, de resolver conflitos e tomar decisões.

Estes são somente alguns dos prejuízos que um ato de violência pode acarretar em um ambiente seja ele qual for à cartilha expõe também sobre a importância de adotar medidas preventivas contra a violência, que embora sejam focadas nos alunos, impactam na instituição como um todo e promovem de maneira negativa na saúde mental dos professores da rede de ensino.

Contudo ao analisarmos mais a fundo o impacto das condições familiares de alunos que apresentam comportamento violento, este dever não é só de seus familiares, como é de responsabilidade do corpo diretivo, sobre o alerta de práticas evasivas para sair da melhor forma deste cenário de forma a não prejudicar seus profissionais.

## **AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA CULTURA DE PAZ**

O olhar atento para manifestações preocupantes relacionadas à saúde mental, deve ser sempre monitorado o aprendizado sobre como resolver os nossos conflitos, e a capacidade de reconhecer as nossas emoções para que saibamos reagir a elas sem violência verbal ou física, é difícil pois muitas vezes a vítima demora a perceber qualquer tipo de violência e quando se dá conta é tarde.

O Convívio social pacífico vai depender de diversos fatores como o respeito, diálogo exercício de atividades voltadas a este tipo práticas violentas, entre tantas formas de violência contra professores essa é só, mas uma forma, que infelizmente, parece normalizada pela falta de debate ou de propostas práticas para lidar com o problema.

Portanto, não se trata de responsabilizar uma ou outra, mas sim de reconhecer os diferentes

papéis de cada uma e atuar em parceria para que de forma intencional, a educação de um indivíduo se dá principalmente de três formas, vejamos, pela família, responsável pela socialização primária, pela escola, local onde a criança passa a conhecer a vida coletiva, e pela sociedade, com suas múltiplas influências culturais e sociais.

Além disso, o poder público deve oferecer propostas e subsídio financeiro para o desenvolvimento de projetos voltados à cultura de paz nas escolas e apoiar o diagnóstico sobre a cultura escolar em diferentes instituições para que, assim, medidas preventivas possam ser adotadas, e aplicadas de forma que estimule a impedir que esta violência chegue às escolas.

## **E O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE A VIOLÊNCIA**

Nesse contexto, os aspectos sociais estão bem invertidos a família não está conseguindo cumprir seu papel social, se o estado não está conseguindo cumprir esse mesmo papel e não tem mais ninguém a quem recorrer naturalmente à escola, não conseguirá por si só exercer um papel que seria de todos. Uma vez que, se Estado e família não cumprem seus papéis satisfatoriamente, por falta de preparo ou condições, como irão ajudar a escola, e os professores como atuais vítimas.

Quais seriam os mecanismos que a escola poderá usar para alcançar estes objetivos, a pedagogia do amor não será tão eficaz nesse conteúdo, verdade que a escola não pode ser omissa a esse problema. A sociedade sem esse grande magma não está preparada suficientemente para gerir tais atos, assim como um setor só não é capaz de suprir atos violentos.

A cultura da paz se faz tão necessária nesse contexto é tempo da sociedade repensar na escola, observar e perceber que os professores também são indivíduos comuns, com limitações, medos, desejos, frustrações, sonhos, família e que algo em algum momento pode falhar.

De certo, se levarmos a sério a dimensão do problema, solução virá muito mais fácil se a sociedade investir na reestruturação da família, na valorização dos princípios éticos, morais, sociais e cristãos e no reconhecimento da parcela de culpa de cada um de seus segmentos, o acolhimento também vem da unidade escolar para quem necessita, e os professores são grandes receptores desse acolhimento, pois sem eles não há escola. Os papéis mais almejavéis são que a escola possa adequar seus métodos de estudo não somente para os alunos, mas também práticas que levam seu ensino e um modelo de sociedade de fato aberta todos.

Por fim, em todos os ambientes a violência sempre existiu, e nunca poderá ser erradicada por completo, contudo, são conhecidas alternativas para a diminuição dessas, todas a médio e longo prazos, contando com o apoio de todos os envolvidos, sendo eles comunidade, família, poder público a escola, e o aluno como receptor desse projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos de hoje a violência é uma das principais preocupações da sociedade, atingindo diversos fatores, sociais e psicossociais, os modelos de desenvolvimento que tem suas raízes na história, ganha uma definição em grande escala.

O Artigo aqui abordado relata que a violência não se faz necessária para uma maior compreensão da violência escolar, estas transgressões da ordem e das regras da vida em sociedade, é o atentado direto, físico contra a pessoa cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo á partir da ação de outros.

Ao educador que é grande vitima, as estatísticas vêm se alastrando neste cenário em que o professor em sala de aula vem perdendo o seu valor, sua voz e por consequência o respeito dos alunos, à medida que vamos avançando como seres humanos algo vai se perdendo na educação.

Enquanto que para o corpo docente, a violência, vem descumprindo das leis e da falta de condições materiais da população, associando a violência à miséria, à exclusão social e ao desrespeito ao cidadão, nesta mesma vertente pode destacar que se refletirmos a diferença entre agressividade, crime e violência, poderemos entender a cultura da violência, as visões distintas de violência tanto para o corpo discente em que a violência representa agressão física, simbolizada pelo estupro, brigas em família e também a falta de respeito entre as pessoas.

O comportamento agressivo é adaptativo para algumas pessoas de forma intensa, ou seja, o indivíduo que é vítima de violência constante têm dificuldade de se relacionar com o próximo e de estabelecer limites, porque estes às vezes não foram destituídos no âmbito familiar. O sujeito agressivo tem atitudes agressivas para se defender e não é tido como violento ele possui os padrões de educação contrários às normas de convivência e respeito para com o outro:

Segundo ABRAMOVAY&RUA ( 2002) p.93:A construção da paz vem se apresentando em diversas áreas e mostra que o impulso agressivo é tão inerente à natureza humana quanto o impulso amoroso; portanto é necessária a canalização daquele para fins construtivos, ou seja, a indignação é aceita porém deve ser utilizada de uma maneira produtiva.

Segundo ABRAMOVAY & RUA, expõe que a cultura de paz é desconstruída de maneira que o amor toma o lugar da violência para que isso aconteça é necessário muito empenho muitas praticas contra esta cultura, mas que muitas vezes é falha. Além de crime os alunos exercem, é antes de tudo, a que seu meio exerce sobre eles, o crime é uma tipificação social e, portanto definido socialmente é uma rotulação atribuída a alguém que fez o que reprovamos.

A banalização que sofre o profissional, não deve ser banalizada pelos demais, mesmo que o ato vem de sua história familiar, jamais poderíamos fechar os olhos, a tais atos assim como o educador que sofre a agressão seja ela de qualquer origem não pode se calar, pois a mesma força que temos de educar, temos para a defesa de uma classe, a luta contra a violência e prática do bullying não deve ser tida como algo comum em um ambiente escolar.

Por fim, tudo que foi explanado sobre a violência nas escolas jamais deve ser deixado de lado pela sociedade, estamos deixando que nossos alunos fiquem doentes e fechando os olhos para

eles a educação se tornou algo que se expõe de forma banal, mas verdadeiramente deixou de existir os princípios básicos de respeito, amor, disciplina e o almejado conhecimento do saber.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY & RUA ( 2002) p.93 - **A CONSTRUÇÃO DE PAZ**: Acesso 03 maio 2023. - Conteúdo digital: <http://www.dominiopublico.gov.br/>

**A VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES, CRESCE NAS ESCOLAS PÚBLICAS**- Acesso 05 maio 2023. conteúdo digital:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contraprofessores-e-alunos-cresce-na-rede-publica-paulista>

**A VIOLÊNCIA ESCOLAR**: Acesso 08 maio 2023 conteúdo digital: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-escolar.htm>

**BULLYING NAS ESCOLAS**- Acesso 08 maio 2023. conteúdo digital: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bullying>

**INSTITUTO UNIBANCO- O PAPEL DE ESCOLA NA PROMOÇÃO DE METODOLOGIA**: Acesso 09 maio 2023 conteúdo digital: <https://www.institutounibanco.org.br/?s=violencia+contra+os+professores>

**POR UMA ESCOLA LIVRE DE VIOLÊNCIAS**- Acesso 10 maio 2023. conteúdo digital: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/>

**REVISTA EDUCAÇÃO- PÚBLICA- VIOLENCIA ESCOLAR**- Aceso 10 maio 2023. conteúdo digital: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>.

**SCIELO-VIOLENCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS-** Acesso 10 maio 2023. conteúdo digital: <https://www.scielo.br>

# ARTES VISUAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL



## MIRTES SOARES DE OLIVEIRA

Graduação Normal Superior pelo Centro Universitário de Santo André Concluído em 27 de dezembro de 2005; Especialização, Ensino Fundamental I; Professora de Educação Infantil no CEI Vicentina Velasco.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo contribuir com docentes, para a realização de um trabalho capaz de desenvolver junto às famílias, alunos e comunidade escolar as questões relacionadas ao fazer artístico na educação infantil. A pesquisa apresenta afirmações de estudiosos que acreditam na importância das artes visuais como instrumento fundamental durante o processo de desenvolvimento das crianças. Outro aspecto relevante nesse trabalho é a relação entre o desenvolvimento da criança a partir das atividades artísticas, a forma como interage com o mundo, bem como o seu desenvolvimento motor, mental e social que se transformam com as experiências. Na pesquisa bibliográfica realizada, objetivou-se apresentar elementos significativos que contribuem com a aprendizagem das crianças na visão de alguns teóricos e educadores. Sendo de extrema importância o comprometimento coerência e responsabilidade na prática pedagógica com experiências lúdicas que favorecem o desenvolvimento na Educação Infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artes; Educação Infantil; Aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

Com este trabalho visamos apresentar a relevância das Artes Visuais na aprendizagem das crianças pequenas como parte do desenvolvimento infantil relacionando aos aspectos cognitivo, afetivo e social da prática cotidiana no ambiente escolar. Para isso, buscamos teorias que fundamentam o trabalho com Artes Visuais na Educação Infantil e os resultados que proporcionam com a mediação do professor neste processo.

A Educação Infantil é rica em historicidade, tem fundamentação legal e teórica, propostas pedagógicas e políticas educacionais mediadoras entre os órgãos responsáveis, fornecendo parâ-

metros fundamentais para o desempenho do trabalho docente e para o desenvolvimento das habilidades das crianças.

De acordo com a pesquisa realizada, podemos analisar que as artes visuais são reconhecidas por estudiosos e educadores como ação educativa que depende do empenho dos profissionais da educação, para a contribuição de aprendizagens satisfatórias no ambiente educativo e no contexto social em que estão inseridas com atualizações, ações e reflexões permanentes.

A família é responsável pela primeira educação social, moral e espiritual da criança conduzindo-a a vida educacional e intelectual. Atualmente as instituições de Educação Infantil buscam profissionais e especialistas desta área para promover um ambiente favorável a formação de cidadãos ativos e com a participação das famílias.

Contudo, as Artes Visuais fazem a mediação entre a ação pedagógica e a interação das crianças com seus pares, por meio dos materiais, técnicas diversas e mediação dos adultos, de forma que desenvolvam sua identidade, autonomia e percepção visual

## **BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Comênius (1592-1657) de nacionalidade tcheca, considerado o maior educador devido sua preocupação com a formação infantil até seis anos de idade, fez referências preciosas e que para a época foi um avanço. Pode-se dizer que seus estudos elevaram o conceito de educação para crianças pequenas, pois naquela época, apenas os burgueses tinham o privilégio de estudar desde a mais branda idade.

A sociedade burguesa do século XVIII exigiu o aumento da produção com a atuação da mulher e da criança no mercado de trabalho. Por este motivo, os estudiosos construíram suas terias baseados na criança quanto a sua “natureza infantil”.

Falar de Educação Infantil num momento em que se pensava no crescimento industrial, não foi algo fácil de fazer. Neste caso, Comênius é memorável, sempre citado nos cursos acadêmicos e nas importantes conferências de educação.

Outro que se destacou foi o pedagogo Pestalozzi (1746-1827), que desenvolveu ideias a respeito da educação e compreendeu a Educação Infantil como o período especificamente para o desenvolvimento humano. Para Pestalozzi, a educação era baseada no amor e na bondade, com disciplina e postura ativa no decorrer do processo para observar, investigar, coletar materiais e experimentar.

Até o momento para a Educação Infantil não havia ciência especializada, entre tanto conseguiu-se definir os desempenhos e necessidades para o desenvolvimento da criança.

A partir do trabalho de Pestalozzi, surgiram ambientes apropriados e com profissionais preparados à mediação de valores e conhecimentos relativos ao desenvolvimento infantil conforme especificidades do período.

Com o passar do tempo, novos educadores e profissionais envolvidos com a educação das crianças foram aperfeiçoando os métodos e técnicas de ensino e avaliação, acrescentando elementos que fazem parte das disciplinas e estruturas curriculares atualmente, com algumas adequações decorrentes das inovações tecnológicas da modernidade.

O americano Dewey renovou a prática pedagógica com foco maior no ato de aprender, contribuindo com o método que hoje chamamos de projetos pedagógicos, onde trabalhava com as crianças de forma que tivessem o conhecimento e a experimentação atrelados ao convívio social. Wolf (2008) complementa essa ideia quando diz:

“deveria subsidiar o trabalho em sala de aula, de tal maneira que o conhecimento fosse trabalhado de forma experimental, socialmente, desde a infância, com o intuito de torná-la um bem comum.” (WOLFF, 2008, p. 10).

Os projetos pedagógicos na Educação Infantil estão relacionados a uma aprendizagem experimental e concebidos no coletivo, transformando questionamentos em novos conhecimentos favorecendo o crescimento estudantil.

Para Wolff (2008), a médica psiquiatra Maria Montessori criou na Itália, seu país de origem, um método baseado numa educação da vontade, da atenção e do autocontrole. Sabemos que para uma boa educação, não basta um espaço físico para desenvolver um bom trabalho educacional, para tal, necessita-se de pessoas capacitadas e recursos apropriados que sejam condizentes com a proposta escolar.

Foi a casa-escola criada por Montessori, que se destacou como um lugar na qual alcançou experiências com enfoque na concepção biológica de crescimento e desenvolvimento, e no aspecto psicológico e social da criança. A então nomeada escola Montessoriana, relaciona as informações científicas ao desenvolvimento infantil, portanto, é considerada biológica.

As questões psicológicas e sociais da criança sempre foram e continuaram sendo as principais preocupações na Educação Infantil, porque interfere no desenvolvimento integral das mesmas e na sua efetiva construção de cidadão ativo no futuro.

Outra referência importante para a educação foi Wallon, que foi um médico grego o qual concluiu a teoria sobre a passagem do orgânico ao psíquico e do individual ao social, suas inquietações focaram na relação do indivíduo com a sociedade, que segundo ele, o leva à construção da inteligência.

Segundo Wolff (2008) Piaget contribuiu com seus estudos no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual, para ele, o indivíduo está sempre em constante interação com o meio em que está inserido. Toda educação infantil que se baseia nesta teoria, proporciona um ambiente rico em estimulação e acomodação do exercício das capacidades mentais.

Levando em consideração que as preocupações com a Educação Infantil se tornarem mais intensas a partir da década de 1980, momento em que iniciaram as discussões sociais questionadoras sobre a ideia de educação compensatória daquele período. A Educação Infantil, nesse caso, serviria apenas para fornecer cultura à criança advinda das classes populares e média, preparando-as assim para o Ensino Fundamental.



Atualmente, Vygotsky também têm seu trabalho valorizado, pois destinou seus estudos a Pedologia, “ciência da criança, voltada para o estudo do desenvolvimento humano, articulando aspectos psicológicos, antropológicos e biológicos” (WOLFF, 2008, p. 17). Suas pesquisas estavam direcionadas para a interação social e desenvolvimento do indivíduo, na compreensão das origens sociais e bases culturais.

A Constituição de 1988 distingue a Educação Infantil como um direito da criança e uma opção da família. Direito este que deve ser assegurado pelo Estado. Desde então, as políticas públicas municipais buscam assegurar a matrícula das crianças de zero a cinco anos de acordo com o desejo de sua família, contudo a demanda é muito maior que o número de vagas nas instituições públicas, cabe aos responsáveis buscar alternativas como solicitar a vaga junto ao ministério público que concede por liminares ou matrícula em escolas privadas.

Entretanto, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96) a Educação Infantil é considerada como primeira etapa da Educação Básica e determina, no artigo 29, que sua finalidade seja “[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social [...]”. (BRASIL, 1996, p.13)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é um documento importante no que se refere às creches, entidades equivalentes e pré-escolas, que unifica os Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a finalidade de articular, estruturar e relacionar objetivos gerais e específicos, conteúdos e orientações didáticas numa expectativa de operacionalizar o processo educativo.

A definição de objetivos específicos, dos quais decorrem os conteúdos para a educação infantil nos diferentes eixos de trabalho norteia as ações necessárias para o seu desenvolvimento. O empenho realizado busca garantir a coerência entre objetivos e conteúdos por meio das orientações didáticas.

Essa estrutura é sustentada por uma organização em que crianças de zero a três anos e crianças de quatro a cinco anos são formados por eixos norteadores, por constituírem parcela significativa da produção cultural humana que amplia e enriquece as condições de inserção das crianças na sociedade, sendo elas: Identidade e Autonomia, Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, e matemática.

A prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças adquiram capacidades necessárias para seu desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social conforme estabelece o RCNEI/98:

[...] utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;(BRASIL,1998,v.1,p.63).

Este processo de desenvolvimento que a Educação Infantil percorreu, fez com que o olhar para a infância fosse redirecionado, tanto no que diz respeito à importância dos cuidados, quanto ao que se refere à aprendizagem.

A cidadania plena vem sendo conquistada por meio da integração da Educação Infantil como direito das crianças de 0 a 5 anos, constituindo dever do estado e da sociedade como coparticipantes das famílias no cuidado e na educação dessas crianças.

No entanto, a Educação Infantil passou a receber tratamento bastante preciso a partir da LDBEN (Lei nº 9394/96), além das contribuições prestadas pelo Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria de Educação Fundamental e respectiva Coordenadoria de Educação Infantil, mantendo o diálogo entre as partes responsáveis para atingir a compreensão dos anseios, dilemas, desafios, visões, expectativas, possibilidades e necessidades das crianças, suas famílias e comunidades.

Nesta perspectiva, os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação bem como as respectivas Secretarias, devem obter clareza sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil como indispensáveis para todas as instituições de educação infantil.

Assim, o atendimento educacional das crianças de 0 a 5 anos de idade, garantido pelo artigo 208, inciso IV da Constituição Federal, que estabelece, ainda, no art. 211 a oferta da Educação Infantil como uma das prioridades dos Municípios, dispõe que estes devem atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Isto significa, claramente, que ao lado do Ensino Fundamental a Educação Infantil, tem grau de igualdade, na atuação da esfera municipal.

Por gerações, aconteceram grandes injustiças e graves prejuízos em relação às responsabilidades sobre os cuidados de higiene, saúde, nutrição, segurança, acolhimento, lazer e constituição de conhecimentos e valores indispensáveis ao processo de desenvolvimento e socialização das crianças.

## **O DESENVOLVIMENTO DAS ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Como vimos no capítulo anterior, a Educação Infantil assim como a Arte sofreu mudanças que contribui com a evolução educacional e cria novas oportunidades no diz respeito ao desenvolvimento infantil.

A arte é uma disciplina obrigatória nas escolas, conforme determinação da LDB 9394/96. Os PCNs de Arte definem as quatro linguagens a serem incorporadas no currículo escolar das instituições de ensino, as quais são: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. No entanto, ainda se torna necessário reafirmar a importância dessa área na formação sociocultural do cidadão.

Queremos destacar o quanto as Artes Visuais têm sido um fator relevante na aquisição de habilidades e raciocínio, sendo indispensáveis para um bom desempenho nas modalidades de ensino, preparando o indivíduo para a vida.

As garatujas infantis são tão diferentes entre si como as crianças, umas são firmes e ousadas com movimentos largos, outras delicadas e tímidas. Entre os três e quatro anos as crianças dão nome a sua garatuja consegue relacionar suas imagens mentais com o que desenham são as garatujas ordenadas.

Nos desenhos a criança age, reflete, abstrai sentidos de suas experiências, pois ela constrói significados sobre o que é e foi o desenho na sua história, à medida que a criança cresce desenvolve o raciocínio crítico em relação ao seu trabalho e proporciona intermináveis possibilidades de novas experimentações.

Diante disso, Barbosa (1991, p.28) afirma que *“a arte deve ser uma fonte de alegria e prazer para a criança quando permite que a organizem seus pensamentos e sentimentos presentes em suas atividades criadoras”*.

A criança sofre influência da cultura seja por imagens de produções artísticas como: a TV, livros, revistas, obras de artes e outros. Nesse sentido as Artes Visuais devem ser aceitas como uma linguagem que tem estrutura e característica próprias cuja aprendizagem acontece por meio dos seguintes aspectos de acordo com o RCNEI (1998):

**Fazer artístico**— centrado na exploração, expressão e comunicação de produção de trabalhos de arte por meio de práticas artísticas, propiciando o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;

**Apreciação** — percepção do sentido que o objeto propõe, articulando o tanto aos elementos da linguagem visual quanto aos materiais e suportes utilizados, visando desenvolver, por meio da observação e da fruição, a capacidade de construção de sentido, reconhecimento, análise e identificação de obras de arte e de seus produtores;

**Reflexão** — considerada tanto no fazer artístico como na apreciação, é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor e no contato com suas próprias produções e as dos artistas. (BRASIL, 1998, p.89).

O fazer artístico das crianças de educação infantil inicia-se desde o berçário na sensação de texturas, cores e formas dos livros e brinquedos, que despertam neles a apreciação artística que vai se desenvolvendo com o passar dos anos possibilitando aos 3 anos uma reflexão em relação aos materiais diversificados a serem utilizados e a disposição deles.

A imaginação criadora, a expressão, a sensibilidade e as capacidades estéticas das crianças poderão desenvolver-se com as atividades que contemplem estes elementos, também no contato visual com produções de arte presentes nos museus e demais objetos, espaços e tecnologias disponíveis sempre apoiados na prática reflexiva das crianças.

Com a influência da Arte a criança é favorecida com espontaneidade, facilidade para expressar-se e comunicar-se, contribuindo também na formação intelectual da criança desenvolvendo conhecimentos e habilidades por meio das mais diferentes e sensíveis experiências.

A arte tem influência importante sobre o desenvolvimento da personalidade infantil e por isso a atividade artística deve ser estimulada por meio dos sentidos da imaginação e de atividades lúdicas que ampliem as possibilidades cognitivas, afetivas, sociais e criadoras da criança. Barbosa (1991) comenta:

Arte não é apenas básica, mais fundamental na educação de um país que se desenvolve. Arte não é enfeite, arte é cognição, é profissão e é uma forma diferente da palavra interpretar o mundo, a realidade o imaginário e é conteúdo. Como conteúdo, arte representa o melhor trabalho do ser humano (BARBOSA, 1991, p.4).

Na prática, existem muitas propostas para Artes Visuais que são entendidas como passatempos excluindo o verdadeiro significado das atividades de desenhar, colar, pintar e modelar. Por muitas vezes é considerada com aspecto meramente decorativo em datas comemorativas ou para enfeitar o ambiente.

Ferreira (2008, p.34) diz que é importante lembrar que a atividade artística na escola não é para “acalmar” as crianças ou “descansar” o professor, ou simplesmente ser uma atividade complementar.

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças.

No espaço escolar a criança deverá ser incentivada a desenvolver variadas atividades como o desenhar, modelar, pintar, ora com recursos da natureza, ora com sucatas ou papéis preferencialmente coloridos.

A relação que a criança estabelece com os diferentes materiais se dá, no início, por meio da exploração sensorial. As representações bidimensionais e construção de objetos tridimensionais nascem do contato com novos materiais e no fluir da imaginação.

Nessa perspectiva a criança constrói o conhecimento a partir das interações com o meio em que vive. A criança no seu desenvolvimento estético e artístico reconhece o objeto independente da presença física e imediata.

De acordo com Cunha (2002, p.170):

no desenvolvimento da linguagem gráfico-plástico o professor espera que a criança faça produções semelhantes ao real, mas ele esquece que a constituição do vocabulário visual como as formas, as linhas, as cores, o espaço, os pontos e volumes se estruturam na medida em que a criança entra em contato com os materiais e os instrumentos como: buchas, pincéis, esponjas, rolas, rolos e outros e a criança vai deixando as suas marcas nos diferentes suportes: no papel, na argila, nas pedras, na madeira e vai formar assim a linguagem visual da criança e criando o seu vocabulário pictórico.

É de fundamental importância possibilitar a criança a percepção, manipulação e transformação de diferentes materiais. Propiciar a troca de experiência entre as crianças de forma espontânea, fazer com que o prazer pelo lúdico seja o gerador do processo de produção, compreender a arte como linguagem que constrói objetivos plenos com sentidos, valorizar e respeitar as criações artísticas das crianças.

Por tanto o trabalho com arte torna-se uma possibilidade de auxiliar a criança em seu processo de aprendizagem facilitando e motivando a construção do conhecimento de forma produtiva, criativa e prazerosa.

Em artes visuais os conteúdos estão organizados em dois blocos: no primeiro bloco trata-se do fazer artístico e no segundo trata da apreciação, essa organização visa favorecer a sensibilidade à aprendizagem em artes.

As crianças podem perceber em uma atividade de observação do corpo as formas arredon-

dados, os diferentes tamanhos dos dedos, as cores de cabelo e pele, como também as características que diferenciam os pés de cada um. É a partir dessa observação que o professor pode pedir que desenhem ou modelem na massinha o que observaram tornando o trabalho artístico rico em detalhes.

Com as histórias lidas pelo professor, as imagens apresentadas ou acontecimentos significativos ampliam a possibilidade das crianças utilizarem temas os expressar suas ideias e sentimentos.

As intervenções nestes momentos de criação devem ser feitas com o objetivo de ampliar o repertório e a linguagem pessoal das crianças aprimorando e valorizando seus trabalhos.

A apreciação em Artes visuais acontece de modo diferenciado, pois o interesse das crianças e a duração das atividades variam de acordo com a faixa etária:

### **CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS:**

- Observação e identificação de imagens diversas. No que diz respeito às leituras das imagens, deve-se eleger materiais que contemplem a maior diversidade possível e que sejam significativos para as crianças.

### **CRIANÇAS DE QUATRO A CINCO ANOS:**

Conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagens, ilustrações, cinema etc.

- Apreciação das suas produções e das dos outros, por meio da observação e leitura de alguns dos elementos da linguagem plástica.

- Observação dos elementos constituintes da linguagem visual: ponto, linha, forma, cor, volume, contrastes, luz, texturas.

- Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos.

- Apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

Outro aspecto importante é permitir que todos possam falar sobre suas produções, escutem as observações dos colegas e respeitem a opinião de cada um sobre seus trabalhos.

A maneira como é feita a organização das atividades, dos espaços, dos materiais, dos tempos, das interações sociais e o modo de integrar o cuidado e a educação no trabalho coletivo com as crianças respeitando os ritmos individuais, é o grande desafio nas atividades cotidianas.

Além disso, para enriquecimento e sucesso no trabalho com Artes Visuais o Referencial da

Educação Infantil Vol. 3 que trata sobre o assunto, norteia como esse trabalho deve ser feito utilizando-se de atividades permanentes, sequência de atividades, projetos, registro e avaliação ao longo do processo.

Portanto o planejamento é necessário e sua articulação com toda a equipe de trabalho, levando em consideração as características e habilidades da turma e faixa etária atendida.

O imprevisto garantindo a equilíbrio às crianças para se desenvolverem no tempo e no espaço, desde o período do acolhimento.

Sendo assim, a atividade artística além de ser prazerosa necessita ser pensada, objetivando garantir às crianças a possibilidade de viverem plenamente seu tempo de infância: brincando, descobrindo, interagindo, aprendendo, produzindo cultura na relação com o mundo e com os outros.

Todos os profissionais da Unidade de Educação Infantil são educadores porque contribuem para a formação e crescimento das crianças, cuidando e educando-as.

Nesse sentido, o (a) educador (a) da infância deve ter um papel fundamental como “observador participativo” que constantemente intervém para oferecer, em cada circunstância, os recursos necessários à atividade infantil, de forma a desafiar adequadamente, promover interações, despertar a curiosidade, (problematizar) mediar conflitos, garantir realizações significativas e promover acesso à cultura, possibilitando que as crianças expressem a cultura infantil.

E pensando no exposto acima, pode-se observar que atualmente o professor de Educação Infantil e demais profissionais estão proporcionando as condições adequadas para a construção da autonomia das crianças com um olhar voltado à sensibilidade, flexibilidade e criatividade para que todos os momentos da relação com a criança sejam aproveitados para favorecer seu crescimento.

A formação continuada traz essa abertura para o que é desafiador, trazendo a disponibilidade para aprender sempre com as experiências vividas e com as crianças, de forma presente e por meio das intervenções adequadas e aspectos a serem considerados em seu cotidiano.

Para desenvolver um bom trabalho em artes visuais com as crianças de estimulá-las em seus projetos.

As estruturas tridimensionais podem ser desenvolvidas por meio da colagem, contagem e justaposição de sucatas de embalagens diversas, elementos da natureza, tecidos etc. O professor deve oferecer às crianças sucatas que possam ser empilhadas, encaixadas, justapostas para diversas aprendizagens

Para que a aprendizagem infantil ocorra com sucesso temos que acreditar no potencial de criação, imaginação e sensibilidade de cada criança. Através da arte a criança se expressa, ao fazer suas produções artísticas ela cria usando o seu imaginário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal destacar as Artes Visuais no desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos abordando as questões relacionadas à história da educação infantil com suas conquistas, concepções e métodos que institui de maneira favorável ao fazer artístico nesta etapa da educação básica.

As afirmações apresentadas ressaltam a importância das artes visuais no processo de aprendizagem e na relação entre o desenvolvimento da criança e o conhecimento de mundo, despertado por meio da curiosidade.

O comprometimento em possibilitar novas habilidades, expressões, descobertas parte do professor, que com muita sensibilidade auxilia a criança a construir e valorizar suas criações e as dos outros em contexto social e cultural.

Por meio das pesquisas bibliográficas e fontes virtuais percebe-se que a arte proporciona criatividade, apreciação estética, criticidade e reflexões.

Nesse sentido, o conhecimento é desenvolvido à medida que a criança visualiza e vivência diferentes produções artísticas em ambientes diferenciados e materiais diversificados com tempo e espaço adequados.

Portanto, as Artes Visuais na educação infantil é de fundamental importância para os novos saberes no universo infantil que é rico em possibilidades de aprendizagem. Dentro das diferentes linguagens, a Arte traz a criança estímulos e valores estabelecendo contato com as mais variadas formas artísticas. Cabe ao educador transmitir a todos a importância da sensibilidade e do novo olhar para as produções artísticas na Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **Cor, Som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**/ organizadora Suzana Rangel Vieira da Cunha. Porto Alegre: Mediação, 2002.

Enciclopédias e Dicionários Porto Editora. **Criança in infopédia**. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt>> acesso 10 de abril de 2023.

ESTATUTO da criança e do adolescente. **Lei no 8069, de 13 de julho de 1990**.

FERREIRA, Aurora. **A criança e arte: o dia - dia na sala de aula** /Aurora Ferreira.3.ed.-Rio de Janeiro Wak Ed.,2008.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte; sala de aula e formação de professores**/ Rosa Lavelberg Porto Alegre; Artemed,2003.

WOLFF, Celi Terezinha. **Organização do Trabalho pedagógico na Educação Infantil**. Indaial: ASSEVI, 2008.



# ASSÉDIO MORAL NO CONTEXTO ESCOLAR



## RODOLFO DA SILVA BARBOZA

Graduação em Matemática pelas Faculdades Integradas de Ribeirão Pires (2013) e Pedagogia pela Faculdade Casa Branca (2018); Especialista em Direito Educacional pela Faculdade Casa Branca (2018); Professor de Ensino Fundamental II - Matemática - na EMEF Professor Domingos Rubino e Professor de Ensino Fundamental I no Colégio Saber.

## RESUMO

O assédio moral é um tema recorrente na literatura na esfera laboral, com perspectivas, embora distintas, convergentes em um aspecto: essa prática deve ser banida do contexto escolar, e, para isso, é necessário compreendê-la em maior profundidade. Esta pesquisa investigou a maneira como a questão do assédio moral aparece nos estudos científicos. Analisa o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, as definições e os antecedentes históricos do assédio moral, bem como formas para combatê-lo. O estudo pode contribuir para repensar as práticas de gestão escolar, valores, assim como um melhor esclarecimento sobre os direitos do trabalhador vítima de violência e humilhação no trabalho. O objetivo deste artigo é analisar o fenômeno do assédio moral no contexto escolar. Nesta perspectiva, a motivação é encorajar cada cidadão buscar o direito à igualdade e um ambiente educacional sadio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assédio moral; Educação; Escola; Professor.

## INTRODUÇÃO

No atual contexto em que se encontra o Brasil, o tema chega a soar de forma preocupante, tanto para médicos e psicólogos, quanto para os juristas e doutrinadores, pois o país ainda carece de uma legislação pátria que rege sobre o assédio moral. Recentemente é que se começou a falar sobre o fenômeno no mundo jurídico. Infelizmente os casos de assédio moral nas relações laborais que acontecem atualmente, é um reflexo das formas de assédio assistidas no passado.

O Capitalismo vem influenciando as relações humanas. Não se trata somente das questões econômicas, mas sociais e pessoais. A necessidade do crescimento econômico traz consequências para as relações trabalhistas e pessoais. Essa influência pode ser percebida desde a Revolução Industrial, por meio dos primeiros métodos de organização dos trabalhadores dentro das fábricas.

Consubstancia-se que os sinais do assédio moral não aparecem apenas em circunstâncias de crise, mas são vividos no cotidiano por milhares de indivíduos que sutilmente são ofendidas, humilhadas, e desacreditadas onde trabalham, tendo consequências psicológicas, sociais e morais devido a tal violência emocional. Um dos maiores problemas, é conseguir identificar o assédio moral no ambiente de trabalho, pois em muitos casos, os assediados não têm coragem de denunciar o assédio, em razão de se sentirem feridos em sua autoestima.

O despertar do individualismo consolida o retrato do novo trabalhador, com autonomia, flexibilidade, capacidade, competidor, criativo, belicoso, com qualificação e empregável. Estas competências o gabaritam para a necessidade do mercado que busca por excelência e saúde perfeita. Conseguir aptidão significa passar a responsabilidade aos trabalhadores pela formação/qualificação e os culpar pelo desemprego, crescimento da pobreza urbana e miséria, tirando o foco da realidade e fazendo a imposição de continuar em tratamentos e relações perversas.

Sendo de sabedoria pública que “o trabalho é o que dignifica o homem”, a situação nos remete ao princípio da dignidade da pessoa humana, por ser um valor moral e espiritual inerente à pessoa, é uma norma em si absoluta, fundamental para a ordem jurídica. Sendo imprescindível também na adequação das condições e relações de trabalho, uma vez que a lacuna na legislação brasileira acerca da previsão do assédio moral nos faz primar pelo princípio da dignidade da pessoa humana, assim este artigo se justifica.

O objetivo deste artigo é analisar o fenômeno do assédio moral no contexto escolar. E os objetivos específicos são discorrer sobre o princípio da dignidade humana, realizar um estudo sobre o que caracteriza o assédio moral no ambiente de trabalho e quais suas maiores consequências ao trabalhador, analisar a legislação no âmbito jurídico trabalhista à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, verificar a eficácia dos meios de proteção oferecidos pela legislação brasileira ao trabalhador assediado.

O estudo do assédio moral no contexto escolar deve ser tratado de forma mais específica, dadas as suas peculiaridades e gravidade. O conflito decorrente do assédio moral tem o tom de uma relação contínua. Não se trata de atos pontuais praticados pelo agressor, porém de comportamentos agressivos e seguidos que corroem aos poucos a autoestima do trabalhador, vítima do terror psicológico. Dada a sua ocorrência fragmentada, ocorre muitas vezes, de ser o conflito mascarado pelo agressor, propositalmente ignorado pelo empregador ou superiores hierárquicos e suportado em silêncio pela vítima.

## **O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA**

A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal. Concepção de que em razão, tão somente, de sua condição humana e independentemente de qualquer outra particularidade, o ser humano é titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes. É, pois, um predicado tido como inerente a todos os seres humanos e configura-se como um valor próprio que o

identifica.

O princípio da dignidade da pessoa humana é de importância fundamental dentro deste estudo, pois ela engloba outros princípios e garantias fundamentais para o indivíduo, que estão previstos no ordenamento jurídico, conforme se vê na Constituição:

Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2017a).

A garantia efetiva dos direitos fundamentais, econômicos, sociais e culturais, é uma obrigação moral e jurídica dos Estados, fundamentada em tratados de proteção dos Direitos Humanos dos quais são partes signatárias, visto isto, o Estado tem o dever de respeitar, proteger e implementar tais direitos em seu ordenamento jurídico interno, além de garantir a aplicação dos mesmos, pois não é admissível que os Estados aceitem direitos, por meio de tratados internacionais onde se comprometem a assumir a responsabilidade ali estabelecida, e neguem as garantias de sua proteção internamente, aquém do compromisso assumido. (GANDINI; SALOMÃO, 2003, p. 51).

Ao invés de adaptar o indivíduo ao rol taxativo de direitos expressos em textos normativos, optou-se pela primazia da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, o direito passa a ser concebido enquanto protetor da pessoa, tanto na esfera pública quanto privada, permitindo uma interpretação bastante flexível, para que ao final a dignidade humana não fique desprotegida. O processo de repersonalização do direito passou a traduzir que, para este, a pessoa vale pelo que é não pelo que tem. Não se pode olvidar que até bem pouco tempo prevalecia o direito à propriedade em detrimento do próprio ser humano

O constituinte de 1988 deixou claro que o Estado democrático de direito tem como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal). Aquele reconheceu na dignidade pessoal a prerrogativa de todo ser humano em ser respeitado como pessoa, de não ser prejudicado em sua existência (a vida, o corpo e a saúde) e de fruir de um âmbito existencial próprio.

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. (MORAES, 2011, p.128)

Admitir que direitos fundamentais fossem aqueles que a Constituição, expressão de certo regime político, define, é admitir a não consagração, a consagração insuficiente ou a violação reiterada de direitos como o direito à vida, a liberdades de crenças ou a participação na vida pública só porque de menor importância ou desprezíveis para qualquer regime político; e a experiência mostra os perigos advenientes dessa maneira de ver as coisas.

Identificar a dignidade humano sendo um princípio constitucional gera consequências importantes no que concerne à deliberação de seu teor e organização normativa, sua ação de aplicar e sua função na estrutura constitucional. Princípios são preceitos constitucionais com valores morais, que agregam valores ou indicam os objetivos a serem alcançados, sem enumerar condutas espe-

cíficas. Sua aplicabilidade poderá ocorrer por incorporação, mediante subtração de uma norma real de sua premissa abstrata, mas também por intermédio de discernimento, em caso de choque com outras normas de patamar semelhante. Além do mais, sua função no ordenamento constitucional é diferente de normas, ao passo que se articula com outras regras, tornando-se condicionado sua concepção e alcance.

Mendes, Andrade e Costa (2016) entendem que o princípio da dignidade humana possui uma trajetória marcada por incertezas conceituais, sendo que o único consenso terminológico seria a ausência de consenso quanto a sua definição, o que acarreta ainda mais problemas e consequências negativas para o neoconstitucionalismo, visto que sua relevância, seu caráter de auto evidência e sua vagueza, o tornam apto a figurar em qualquer tipo de decisão judicial. Os autores apresentam suas críticas, mas reconhecem a necessidade de melhor delimitação do conceito de dignidade humana, para que este deixe de ser uma acepção vaga, invocada, por vezes, em defesa de posições éticas frontalmente opostas.

O surgimento da concepção segundo a qual existem valores naturais inerentes a todo e qualquer ser humano (como é o caso da dignidade), em contraposição à ideia de que determinados valores pertencem somente àqueles que fazem parte de uma dada classe social ou estamento, é fruto da transformação na forma como o homem percebe o mundo. Conforme Bobbio,

A inversão de perspectiva, que a partir de então se torna irreversível, é provocada, no início da era moderna, principalmente pelas guerras de religião, através das quais se vai afirmando o direito de resistência à opressão, o qual pressupõe um direito ainda mais substancial e originário, o direito do indivíduo a não ser oprimido, ou seja, a gozar de algumas liberdades fundamentais: fundamentais porque naturais, e naturais porque cabe ao homem enquanto tal e não dependem do beneplácito do soberano (entre as quais, em primeiro lugar, a liberdade religiosa). (BOBBIO, 1992, p.4).

Doravante o princípio da dignidade humana foi cada vez mais introduzido na constituição, sendo exercido, principalmente, pelos estados democráticos e serviu como referência em diversos julgamentos em vários países do mundo. Contudo, é importante enfatizar que mesmo existindo vários documentos de ordem jurídica possibilitando e ratificando os direitos humanos é essencial propor a reflexão sobre a sua autenticidade efetiva que infelizmente não é respeitado, se assim fosse não existiria milhares de pessoas pelo mundo passando fome, não haveria trabalho escravo e todas as pessoas teriam acesso de forma igualitária à saúde, educação com qualidade, lazer e outros mais direitos que comumente são ignorados.

## **ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO ASSÉDIO**

Com o desenvolvimento das civilizações humanas, o capitalismo surge no contexto com a característica de competitividade exagerada em todos os níveis. O homem passou a ser explorado e além disso os detentores de poder detinham o que era produzido por eles e para completar os torturavam, criando assim uma situação conflituosa, não apenas por envolver pessoas, mas sim por existir hierarquia e o poder de comando implicando numa relação de dominação e submissão. O trabalho humano se fez necessário e essencial para o desenvolvimento econômico, político e social de um país pois é através dele que se movimenta a produção, distribuição e circulação de riquezas.

O tema possui relevância visto que toda a origem histórica do trabalho e do Direito do Trabalho conta com a narrativa de abusos contra o trabalhador. O termo trabalho está historicamente vinculado a algo ruim, doloroso, desagradável e degradante. Aponta a doutrina que a palavra vem do latim *tripalium*, uma espécie de instrumento de tortura que pesava sobre os animais. Destaca-se a época denominada de Revolução Industrial e seus abusos praticados pelos capitalistas: jornadas extenuantes, exploração do trabalho da mulher e do menor, ambiente laboral insalubre e perigoso etc.

No período de adoração, na Idade Média, onde a razão era deixada de lado a fim de satisfazer as crenças religiosas, pois o futuro do ser humano era colocado em mãos de entidades divinas, a atividade passou a ser vista como uma forma de redenção, ou seja, o único meio dos trabalhadores chegarem aos céus. As intercessões feitas entre Deus e os cativos, eram realizadas pela nobreza e o clero, onde àqueles eram submissos às regras que lhes eram impostas.

Com a descoberta e o desenvolvimento da máquina a vapor, de fiar e tear (1738 – 1790) expandiram-se as empresas, pois o trabalho passou a ser feito de forma mais rápida e produtiva, substituindo-se o trabalho do homem pelo da máquina, terminando com vários postos de trabalho, causando desemprego. Daí nasce o Direito do trabalho como reação às Revoluções Francesa e Industrial e à crescente exploração desumana do trabalho. É produto de uma reação ocorrida no século XIX contra a utilização sem limites do trabalho humano. A partir daí encontramos legislações e constituições preocupadas em proteger o hipossuficiente.

Com o passar dos anos, a agressão física foi dando lugar a uma forma mais sutil de atingir o bem-estar do trabalhador. Surge, então, o que, hoje, entre nós se denomina de assédio moral ou terror psicológico, também conhecido como *mobbing* (Itália, Alemanha e Escandinávia), *harcèlement moral* (França), *bullying* (Inglaterra), *acoso moral* (Espanha), dentre outras denominações. Na década de 60, o médico sueco, Peter-Paul Heinemann, realizando pesquisa no ambiente escolar, observou a existência de hostilidade entre as crianças frente a outra que adentrasse o seu espaço.

Na chamada Era do Conhecimento do Século XXI, que deveria libertar, a labuta rotineira parece estar em constante guerra, como Freitas (2007, p. 284) observa:

“[...] guerra contra o tempo, guerra dos mercados, guerra dos talentos, guerra pelos consumidores, guerra pela sobrevivência, guerra dos empregos”. Esse pensamento evidencia a incidência de assédio moral e aprisiona uma sociedade acentuadamente narcísica, pois os meios costumam justificar os fins, sugerindo explicações que banalizam a relevância dessa doença social em que consiste o assédio moral (HELOANI, 2004).

## **DEFINIÇÃO DE ASSÉDIO**

O assédio moral acontece quando se expõem os trabalhadores a situações de humilhação e constrangimento, normalmente contínua e demorada, durante o horário de trabalho e no desempenho de suas funções, condições essas que agredem a sua honra ou integridade física. É importante salientar que, em alguns eventos, uma única ação, pela sua seriedade, pode também configurá-lo. Assim afirma-se que o assédio moral é todo e qualquer comportamento que pode se decorrer por meio de palavras ou mesmo por gestos ou atitudes, que proporciona prejuízo à personalidade, hon-

ra ou integridade física ou psíquica do trabalhador, colocando em risco seu emprego ou prejudicando o ambiente sadio de trabalho.

A violência perversa no cotidiano, disseminou amplamente a problemática desse sofrimento invisível, o assédio em local de trabalho está ligado a qualquer conduta abusiva em relação a uma pessoa (seja por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritas) que possa acarretar um dano à sua personalidade à sua dignidade ou mesmo à sua integridade física ou psíquica, podendo acarretar inclusive perda de emprego ou degradação do ambiente de trabalho em que a vítima está inserida. Interessante, transcrever que:

Por assédio em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, por em perigo seu emprego ou degradar o meio ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2006, p. 65).

Dessa forma, a degradação proposta pelas condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada e desacreditada diante dos pares. Estes, por medo do desemprego e a vergonha de serem também humilhados associado ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o pacto da tolerância e do silêncio no coletivo, enquanto a vítima vai gradativamente se desestabilizando e fragilizando, perdendo sua autoestima.

Segundo Jorge Luiz da Silva:

“...o assédio moral nada mais é que a submissão do trabalhador a situações vexaminosas, constrangedoras e humilhantes, de maneira reiterada e prolongada, durante a jornada do trabalho ou mesmo fora dela, em razão das funções que exerce; determinando com tal prática um verdadeiro terror psicológico que resultará na degradação do ambiente de trabalho, na vulnerabilidade e desequilíbrio da vítima, estabelecendo sérios riscos à saúde física e psicológica do trabalhador e às estruturas da empresa e do estado.” (2005, p. 2).

O assédio moral pode provocar danos psicológicos e físicos na pessoa, sendo este último decorrente do grande stress causado pela constante humilhação e provocação. Síndrome do pânico, ansiedade, problemas gástricos e emocionais são algumas das consequências que o assédio moral pode acarretar para o assediado.

Como exemplos frequentes de assédio moral no ambiente de trabalho, podemos citar a exposição de trabalhadores a situações vexatórias, com objetivo de ridicularizar e inferiorizar, afetando o seu desempenho. É comum que, em situações de assédio moral, existam tanto as ações diretas por parte do empregador, como acusações, insultos, gritos, e indiretas, ou ainda a propagação de boatos e exclusão social. Os processos trabalhistas que resultam em condenações por assédio moral, quase sempre envolvem práticas como a exigência de cumprimento de tarefas desnecessárias ou exorbitantes, imposição de isolamento ao empregado, restrição da atuação profissional, ou ainda exposições ao ridículo.

Para finalizar, o assédio moral se assemelha em muito a tortura. Basta considerar que um assédio bem feito pode levar uma pessoa ao suicídio em um prazo que pode variar de dois a seis me-

ses. O assediador mata devagar, como uma doença que consome aos poucos, assim, causa tanto sofrimento quanto um torturador pode fazê-lo. E em muitos casos o torturador como o conhecemos é mais misericordioso, pois acaba com o sofrimento em menos tempo enquanto que o assediador destrói a pessoa por dentro e por fora. É fundamental a eliminação deste criminoso do âmbito social, pois é capaz de contaminar todo o ambiente em que habita, atingindo a todos, por isto é importante sua tipificação.

## **O ASSÉDIO MORAL NO CONTEXTO ESCOLAR**

O assédio moral pode ocorrer no seio das instituições de ensino de diversas maneiras, tanto nas relações entre professores e alunos quanto nas relações entre alunos. Devido à carência de pesquisas específicas sobre o tema, as classes de assédio moral identificadas neste trabalho são fruto de reflexão e observação pessoais. A intenção é suscitar o aprofundamento dos estudos sobre o tema num ambiente tão crítico à formação da sociedade.

Muito embora a situação seja mais comum entre superior para um subordinado, em muitos casos podem ocorrer entre professores de mesmo nível hierárquico, ou mesmo de um professor a um dos diretores, sendo este último caso, mais difícil de se configurar. O que importa para configurar o assédio moral, não é o nível hierárquico do assediador ou do assediado, mas sim as características da conduta: a prática de situações humilhantes no ambiente escolar, de forma repetida.

Nesse sentido, destaca-se que, o assédio moral vindo do superior em relação a um professor pode ocasionar mudanças negativas no comportamento dos demais professores, que passam a isolar o assediado, afastando-se dele para resguardar seu próprio emprego, reproduzindo assim, a condutas do agressor. Passando a haver uma rede de silêncio e tolerância às condutas arbitrárias, bem como a ausência de solidariedade para com o professor assediado. Isso ocorre porque o assediador promove uma ruptura nos laços afetivos entre os professores, como forma de facilitar e promover a manipulação e dificultar a troca de informações e a solidariedade entre seus pares.

Há de se considerar o assédio moral entre professores e alunos. Este tipo de assédio é considerado como vertical, em razão do relacionamento hierárquico estabelecido entre docente e discente. Ele se subdivide em duas espécies de assédio vertical: o descendente, que é configurado pela figura do professor como o assediador e o aluno é colocado na posição de vítima, e assédio ascendente, que é identificado quando o aluno assedia e a vítima é o professor.

Quando acontece o assédio descendente podem serem observadas as práticas tais como mitigação de atividades especiais, repreensão consecutivas, críticas contínuas a conduta do aluno, critérios injustos na correção de atividades, provas, qualquer tipo de discriminação racial, de crença, social, por origem, incluindo xenofobia ou alunos imigrantes de outras regiões do mesmo país, entre outras.

O assédio descendente não precisa necessariamente acontecer somente com os professores, mas também qualquer tipo de assédio ameaçador cometido por funcionários da escola, diretor, entre outros. São observadas práticas tais como a falta de respeito, ditério, desatenção proposital,

insultos, perturbar a ordem na sala de aula e no ambiente escolar em geral, abusar em razão do poder aquisitivo ameaçando à integridade física, entre outros.

Quando se identifica o assédio moral ascendente, a ação mais premeditada é reportar a situação a um superior da instituição. Contudo vários elementos podem dificultar a vítima proporcionando um maior tempo de assédio e piorando o prejuízo e impactando o meio, tais como: relacionamentos concretos do assediante com membros da Direção da Instituição, com os membros do Diretório acadêmico, ou mesmo vínculos com grupos organizados violentos que perpassam o assédio para ambientes fora da escola.

O último elemento que determina o assédio é a existência de uma relação de dominação entre o assediador e a sua vítima. Quer isto dizer que numa relação de assédio existe um desequilíbrio de poder entre os atores: um é dominador, o outro é dominado. Esta assimetria na relação “não reside necessariamente na força física, mas sim na percepção dos protagonistas”. Esta distinção é importante, o assediador pode diferir do perfil do imaginário coletivo (rapazes grandes e fortes que batem num mais fraco); pode ser um grupo de pessoas menores que troçam do peso de alguém maior do que elas. Se o grupo se vê como mais forte e se a vítima se vê como mais fraca, então há um desequilíbrio, mesmo se em nível de força física o equilíbrio seja inverso. Pode-se ser então, difícil para uma pessoa de fora determinar o significado da relação de assédio, ela caracteriza-se pela presença de um indivíduo ou de um grupo dominador e de um indivíduo ou de um grupo dominado.

## **COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

É bom lembrar que o princípio axiológico da dignidade da pessoa humana se reporta à ideia democrática como um dos direitos fundamentais do Estado Democrático de Direito, daí resultando que os agentes do direito tenham uma concepção diferenciada do significado de segurança, igualdade, justiça e liberdade, impedindo que o ser humano seja tratado como mero objeto, levando em consideração que todos os bens dos homens são tutelados. Assim, o Direito deve assegurar a realização da justiça social.

No Brasil, as primeiras leis de proteção ao trabalhador foram criadas por Getúlio Vargas, o então presidente da República. Tais leis eram razoáveis para a época, mas não suficientes para atender a integral necessidade de proteção ao trabalhador, no que diz respeito ao aspecto físico e psicológico. Após este primeiro passo dado por Getúlio Vargas, o Estado foi criando cada vez mais leis de proteção ao trabalhador, na tentativa de acompanhar o desenvolvimento natural da sociedade.

No entanto a proteção a dignidade da pessoa humana e a reparação pelo assédio moral ganharam força com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, conforme art. 1º, além de prever o direito de reparação por dano moral, material e a imagem, no seu art. 5º que rege os direitos e garantias fundamentais.

A prática do assédio moral só pode ser cessada a partir da ação do assediado que deverá



contrapor-se a tal situação de perversidade. Anteciparem-se as agressões e se elas persistirem solicitar junto à empresa uma reunião para obter esclarecimentos acerca da situação. Na recusa de tal reunião, formalizar o pedido através de carta registrada com aviso de recebimento, o que constitui, inclusive, prova da falta de diálogo em caso de conflito. Outra opção pode ser a procura por sindicatos ou representantes de pessoal, “mas é preciso saber que, quando uma situação de perseguição é comunicada aos sindicatos, o conflito torna-se aberto” (HIRIGOYEN, 2006, p. 196).

Os sindicatos desempenham função relevante na prevenção do assédio moral por intermédio da conscientização dos trabalhadores no tocante a gravidade do problema, do incentivo às denúncias dos casos de terror psicológico, da prestação de apoio e auxílio à vítima e da negociação coletiva de procedimentos que visem à solução do conflito em questão.

Ribeiro (2005) defende que é obrigação dos sindicatos colocarem a segurança e saúde das trabalhadoras e trabalhadores, durante as negociações coletivas, em primeiro plano. Abrir as portas da entidade para as denúncias. Formar seus coordenadores e coordenadoras, que são Assédio moral no ambiente de trabalho: propostas de prevenção as referências da classe a qual representam para perceberem a dor daquele que chega até o sindicato.

O Ministério Público atua na defesa dos direitos indisponíveis do trabalhador (direito à vida, à liberdade, à saúde, à segurança e ao trabalho, dentre outros). Para tanto se utiliza de inquérito civil e outros procedimentos administrativos para assegurar a observância dos direitos sociais, bem como ajuizar ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para a defesa dos interesses metaindividuais dos trabalhadores (LEITE, 2007, p. 170). Além das investigações para apurar casos de assédio denunciados, o Ministério público do Trabalho vem desenvolvendo cartilhas sobre o assédio moral, para melhor esclarecer o fenômeno que para muitos ainda é desconhecido.

Leclerc (2005) propõe quatro vias de intervenção dentro do contexto escolar: 1) a via informativa – educando as pessoas sobre este mal e explicando como estas podem se defender; 2) a via informal através de mediação e de apoio às vítimas; 3) a via formal administrativa e/ou jurídica – ou seja, onde a organização do trabalho oficialmente intervém para impedir que uma situação de assédio continue; e 4) a via da palavra ou ação coletiva - esta última, segundo esta autora, privilegia a análise crítica dos fatores organizacionais que causam o assédio moral e propõe a responsabilização coletiva dos problemas, mas esta via continua muito pouco desenvolvida.

Assim se observa propostas interessantes de prevenção, que colocadas em prática podem produzir resultados importantes para conquista de um ambiente de trabalho sadio para os trabalhadores, conseqüentemente, contribuindo para diminuição da prática do assédio moral. Entre as quais, destacam-se as políticas de prevenção dos sindicatos, ações empresariais, a participação do Ministério Público do Trabalho e as leis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O assédio moral é caracterizado por condutas frequentes e repetitivas que atentam contra a dignidade do trabalhador e que podem ser caracterizadas por ocorrência de deterioração proposital

das condições de trabalho, isolamento e recusa de comunicação, atentado contra a dignidade e violência verbal, física ou sexual decorrentes de interações no trabalho.

Constata-se que se trata de prática odiosa, cometida por empregador, superior hierárquico ou colega de trabalho, que fragiliza o trabalhador assediado e o expõe a doenças de ordem psíquica e física. A vítima, não raro, é levada a pedir demissão e, em casos mais graves, chega até a cometer o suicídio.

Assim sendo, esta condição causa a perda de interesse pelo trabalho e do prazer de trabalhar, desestabilizando emocionalmente e provocando não apenas o agravamento de moléstias já existentes, como também o surgimento de novas doenças. Além disso, as perdas refletem-se no ambiente de trabalho, atingindo muitas vezes, os demais trabalhadores, com a queda da produtividade e qualidade, a ocorrência de doenças profissionais e acidentes de trabalho, causando, ainda, a rotatividade de trabalhadores e o aumento de ações judiciais pleiteando direitos trabalhistas e indenizações em decorrência do assédio sofrido.

Percebe-se, no estudo, que a dimensão de violência física e verbal é a mais evidente e recorrente. Há a naturalização do assédio; o temor, por parte da vítima, de perder o emprego; o adoecimento; ocorrência de testemunhas mudas, os colegas; a diminuição da autoestima e a queda no desempenho e motivação para o trabalho. Essas questões conduziram a consequências para a vida pessoal e profissional. No entanto, o que mais chama a atenção e é transversal à maior parte das questões formuladas é a solidão da vítima não só em identificar o assédio, como lidar com ele, seja pela falta de conhecimento de seus direitos, seja pelo temor do desemprego.

Se as práticas de assédio moral são consideradas traços perversos comuns no âmbito educacional e sustentadas pela cultura da instituição, gestores, orientadores e alunos encontrarão condições férteis para a prática de toda sorte de atrocidades. É importante considerar que a naturalização das ocorrências de assédio moral e quaisquer outras formas de violência (situações que, embora não sejam configuradas como assédio moral, exigem atenção por também serem graves) trazem consigo a banalização daquilo que não é profissional, do que não deveria ser tolerado, daquilo que é, no mais das vezes, desumano, e que pode ter consequências gravíssimas, não apenas para o docente diretamente envolvido. Essa dinâmica é perversa e deve ser combatida: a naturalização torna o ambiente cada vez mais hostil e suas consequências podem ir muito além do aspecto temporal imediato.

Esclarecido o que é assédio moral, quais são as suas características e os seus sujeitos, ficou evidente que qualquer pessoa pode ser tanto agressor como vítima e espectador. Hoje um pode ser vítima e amanhã já pode ser agressor ou espectador. O assédio moral é o mal desse século, pois atinge a todos sem discriminação; contaminando todo o ambiente de trabalho e se alastrando pelo resto da sociedade.

Finalmente, os trabalhadores merecem a proteção contra quaisquer atos aviltantes à sua saúde física e psicológica. Espera-se que os trabalhadores sejam plenamente respeitados em seus direitos e garantias fundamentais, pois, por intermédio do trabalho, o ser humano encontra o caminho a seguir em sua vida.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto, **A Era dos Direitos**, Trad. Carlos Nelson, Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Ltr, 2008.

FREITAS, M. E. De. **A metáfora da guerra e a violência no mundo do trabalho**. In: CARRIERI, A. de P.; SARAIVA L. A. S. **Simbolismo Organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

GANDINI, João Agnaldo Donizete; SALOMÃO, Diana Paola. **A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva**. Revista Forense, v. 386, julho/agosto de 2006, Rio de Janeiro: Forense, p.51.

HELOANI, R. **Assédio Moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho**. RAE eletrônica, São Paulo, v. 3, n. 1, Art.10, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf>. Acesso 01 de março 2023.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral – a violência perversa do cotidiano**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEITE, Carlos Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 5. Ed. São Paulo: Ltr, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 2008, p. 127.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Jorge Luiz de Oliveira Da. **Assédio moral no ambiente de trabalho**. Rio de Janeiro. Jurídica do Rio de Janeiro, 2005.

# ENSINO APRENDIZAGEM UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL



## SIMONE LACERDA DE OLIVEIRA

Graduação em Geografia pela Faculdade Fafic – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caratinga/ MG; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Faconnect – Grupo Faculdades Conectadas, Conchas/SP; Pós-Graduação em “A arte de contar histórias” pela faculdade Faconnect – Grupo Faculdades Conectadas, Conchas/SP; e-mail: simo- nelacerda72 @gmail.com.

## RESUMO

O processo ensino-aprendizagem é um nome para um complexo sistema de interações comportamentais entre professores e alunos. Mais do que “ensino” e “aprendizagem”, como se fossem processos independentes da ação humana, há os processos comportamentais que recebem o nome de “ensinar” e de “aprender”. Processos constituídos por comportamentos complexos e difíceis de perceber. Principalmente por serem constituídos por múltiplos componentes em interação. Os próprios comportamentos são passíveis de percepção e de definição científica a partir da identificação dos seus componentes e das interações que estabelecem entre si, os quais constituem os fenômenos que recebem os nomes de “ensinar” e de “aprender”. O presente momento em que vivemos passa por diversas modificações, e uma das maiores preocupações é o que diz a respeito à educação, principalmente na educação infantil em que a criança está em processo de construção de conhecimento. Desta forma o artigo visa elucidar e refletir acerca da prática pedagógica do professor na educação infantil, e sua relação entre o cuidar e educar. A realidade tem nos mostrado as dificuldades instaladas ao longo de décadas de uma prática nas instituições de educação infantil, em que cuidar remete à idéia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem. Por tanto, trata-se de uma revisão de literatura, a metodologia utilizada foi desenvolvida com base em livros referentes ao assunto, literaturas publicadas em revistas pedagógicas, e sites das redes eletrônicas, Google acadêmico, biblioteca publica da Secretaria de Educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino; Aprendizagem; Educação Infantil; Professor; Pedagogia.

## INTRODUÇÃO

Durante anos a Educação Infantil nem sempre teve um lugar de destaque na formação da criança. Entre os séculos XVII e XVIII a criança era vista somente como um membro familiar, as

mesmas aprendiam as tarefas necessárias para a sua sobrevivência e participam das tradições culturais locais. Surgiram então nesta época as instituições assistenciais que tinham o objetivo de suprir as necessidades da criança e ao mesmo tempo ocupar o lugar da família (CUNHA, 2022).

As famílias, precisavam se sustentar, as mulheres também entraram no mercado de trabalho, e as crianças ficavam horas distantes de suas mães eram cuidadas por estas instituições. Dá -se um avanço em relação à Educação Infantil. Estudos e pesquisas foram realizados com objetivo de discutir a função da creche e da pré-escola. Concluindo-se assim que independente da classe social, a educação deveria ser acesso a todas.

A Constituição Federal (1988, p.137) representa a conquista da legitimidade legal para as crianças. O artigo 227 define, mais amplamente, os direitos da infância brasileira:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Entre tais aprendizagens, estão o planejamento do trabalho educativo com crianças de 0 a 6 anos, a necessária associação entre educar e cuidar nas creches e pré-escolas, o brincar na Educação Infantil, o espaço e o tempo na Educação Infantil, o processo de aquisição da leitura e da escrita na infância, a interação de crianças de idades diferentes, a adaptação da criança pequena às creches e pré-escolas etc.

A educação infantil passa a ser vista como a junção do educar e cuidar ao mesmo tempo. A lei 9.131\95 art.3º destaca que:

[...] III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em Suas Propostas Pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Podemos observar alguns pontos importantes que são destacados como base de direitos para a aprendizagem e desenvolvimento infantil, dentre delas: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Sabemos que crianças aprendem por meio de situações que lhes possibilitam desempenhar um papel ativo nas vivências desafiantes e sentirem provocadas a resolvê-las, construindo significados reais sobre si, os outros e o mundo social e natural em que se encontram.

Partindo do pressuposto em que educar é um ato de amor, o presente tem por objetivo um estudo reflexivo com foco na prática pedagógica infantil. A sala de aula se tornou um desafio aos professores, pois está sendo delegada a escola e aos professores a difícil tarefa de acolher seus alunos com cuidado e educá-los na medida do possível com muito zelo e carinho.

Segundo artigo da Revista Gestão Universitária de 2020:

“É muito difícil compreender o outro, mas quando o que está em questão é educação, então, é preciso perceber, analisar que a responsabilidade de estar dentro do contexto da educação infantil é tão grande quanto ao mesmo tempo importante quanto ao nível de um curso superior. A educação infantil, no entanto, está adquirindo e possui a mesma sensibilização rumo ao patamar do sucesso da escola em termos gerais.”

Este trabalho apresentará reflexões entre o cuidar e o educar na educação infantil e suas implicações na prática pedagógica dos profissionais na educação infantil. Ainda refletir sobre a importância do ensino aprendizagem dentro da sala de aula, sendo este o espaço pelo qual é responsável para a formação do ser humano e da sua socialização no contexto da sociedade.

A educação infantil, além de receber os alunos para cuidar e educar deve ter qualidade e, sobretudo responsabilidade sobre as crianças em fase de desenvolvimento no tempo em que se encontra no espaço escolar. É preciso ter o dom para ensinar com amor, carinho e dedicação. Nessa era tecnológica que nos encontramos, enfrentamos o novo desafio de cuidar, brincar, educar e ser contemporâneo na utilização dos novos recursos advindos a cada instante. (Koscheck.A,2020).

Ao mesmo tempo, Longe de possuir uma definição exata, a aprendizagem é um fenômeno complexo que permite interpretações de diferentes enfoques teóricos, cada qual evidenciando aspectos que a influenciam ou a determinam. Desse modo, pode ser abordada do ponto de vista biológico, psicológico, cognitivo e sociocultural, fato que muitas vezes gera concepções discordantes entre si.

A aprendizagem é um processo natural do ser humano, portanto, embora o objeto da nossa discussão seja a aprendizagem mediada pelo ensino escolar, é importante ressaltar que a escola não é o único lugar onde ela ocorre. Entre as teorias que a discutem, podemos observar duas que atualmente já estão sendo superadas.

O ambiente externo, formado por objetos e pessoas com os quais o indivíduo se relaciona teria, segundo essa vertente, a capacidade de determinar toda a formação do indivíduo, que é entendido como aquele que é “moldado” pelo meio. Essa concepção supervalorizar a importância do meio para a formação do indivíduo, acaba por relegar ao segundo plano a importância dos processos psicológicos e das características individuais.

Estudos orientados pelas contribuições das diversas áreas do conhecimento como a psicologia cognitiva e sócio-histórica, a psiconeurologia, a antropologia e a linguística ajudaram na formação de uma nova concepção de aprendizagem, que a entende como um fenômeno multiterminado.

De acordo com esses estudos, os fatores internos do indivíduo e externos a ele (meio) se inter-relacionam continuamente, formando uma complexa combinação de influências.

Portanto, é notória a necessidade que tem os profissionais da educação de estar em constante formação, buscando novas aprendizagens, criando novas estruturas de ensino, proporcionando um espaço de aconchego, segurança e propício ao conhecimento que será transmitido as nossas crianças, sendo a humanização a principal ferramenta para alcançar todos esses objetivos.

A problemática se inicia com a reflexão e pesquisa sobre a importância do ensino aprendizagem dentro da sala de aula, sendo este o espaço pelo qual é responsável para a formação do ser humano e da sua socialização no contexto da sociedade.

Diante disso, elucidaremos no decorrer do trabalho como o profissional da Educação lida com as dificuldades diárias do Ensino- Aprendizagem, bem como as dificuldades da humanização

entre professor, aluno e escola.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a importância do esporte como meio de inclusão social, verificar a importância do esporte na formação integral da criança e reconhecer o esporte como meio de socialização, a partir do seguinte questionamento: o esporte possibilita o desenvolvimento integral da criança, patrocinando a inclusão social.

Nota-se a necessidade de constante formação, como observado no decorrer do presente trabalho, mas as escolas estão recebendo a devida dedicação pessoal e profissional deste profissional?

Inclusão social é um o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam em parceria diminuir problemas, decidir sobre soluções e proporcionar oportunidades para todos. Incluir socialmente é fornecer suporte, dando oportunidades aos indivíduos mais necessitados de acesso a bens e serviços, dentro de um ambiente que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos.

Em síntese, é importante ressaltar que o esporte se desenvolve nas relações em grupo, e possibilita a consciência das próprias forças físicas e morais além de desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas essenciais para o processo de desenvolvimento individual e social da criança, possibilitando a inclusão social.

Para a realização da pesquisa utilizou-se como metodologia a Pesquisa Bibliográfica, desenvolvida com literaturas publicadas e sites das redes eletrônicas, Google acadêmico, biblioteca publica da Secretaria de Educação.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“O esporte é atividade de cultura, na medida em que a noção formal de equilíbrio entre corpo e espírito é substituída pela de convergência de todas as tentativas educativas.” (BETTI, 1997, p. 24).

O esporte e a atividade física são muito importantes na vida dos seres humanos, pois além de proporcionar o lazer de várias pessoas também serve como um meio de se prevenir de doenças e usá-lo como um combate a essas doenças que vem dominando o nosso mundo todo. (MARTINS; PEREIRA, 2013).

Concorda (ALVES et al. 2012, p.1) a seguir:

A prática de atividades físicas e esportivas é reconhecida como relevante para o ser humano e para a sociedade em geral. Este conceito tem-se tornado mais amplo com a grande divulgação que se faz, atualmente, dos benefícios dessas atividades para o bem-estar das pessoas no âmbito físico, psicológico, cognitivo e social. (ALVES et al. 2012, p.1).

A Educação Física Inclusiva pode ser explicada como “educação física para todos”, a qual tem como objetivo garantir o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo não só de estudantes



com deficiência, mas todos os alunos.

Estimular a inclusão de crianças e jovens na escola tem se tornando uma pauta bastante discutida no cenário educacional e a educação física inclusiva tem muito a acrescentar nesse quesito, por ser uma disciplina em que os alunos desenvolvem determinadas habilidades, inclusive motoras.

Anteriormente a disciplina era voltada apenas à prática da ginástica e com finalidade de deixar o corpo saudável, mas após diversas reformas na grade curricular, notou-se a contribuição dela na educação moral e intelectual dos estudantes.

Entre os diversos benefícios dessa modalidade podemos citar: Melhoria na coordenação motora e autoestima; Contribuição para a inclusão social; Redução do estresse; Prevenção de doenças do coração e respiratórias e Geração de mais empatia.

Existem duas linhas na educação física quando se trata de pessoas com deficiência: a educação física adaptada e a educação física inclusiva. As duas modalidades dependem mais dos educadores que dos alunos. Na educação física adaptada, os estudantes com deficiência praticam atividades físicas separadamente dos colegas. Já na educação física inclusiva, todos participam das mesmas atividades propostas.

Soler (2009, p. 15-24), compreende a prática da Educação Física inclusiva uma tarefa árdua, pois a história da Educação Física Escolar é uma história de exclusão e marginalização com os menos hábeis, meninas e portadores de necessidades especiais, além da mídia idealizar corpos sarados e perfeitos, alijando o corpo comum. Nesse sentido, a tarefa do Professor de Educação Física é complexa, pois deve compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentam necessidades especiais, das mais variadas, atendendo as características individuais de cada um.

Nesse segmento, a educação brasileira sofreu grande transformação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996), onde o sistema educacional brasileiro reformulou conceitos para reconhecer e valorizar a diversidade, favorecendo a todos os envolvidos nesse processo.

No texto da LDB nº 9394/96, em seu artigo 58, encontramos “por educação especial, para efeitos desta Lei, entende-se a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Dessa forma, o sistema educacional teve que se adequar para seguir o que a Lei determina, modificando os estabelecimentos de ensino, capacitando os profissionais que receberão esses novos atuantes do sistema educacional. Assim, a escola deve se preparar para receber todas as diferenças, e perceber que cada ser humano é individual, e por ser único, se torna muito especial, todos são especiais, professores e alunos.

Dessa forma, o sistema educacional teve que se adequar para seguir o que a Lei determina, modificando os estabelecimentos de ensino, capacitando os profissionais que receberão esses novos atuantes do sistema educacional. Assim, a escola deve se preparar para receber todas as diferenças, e perceber que cada ser humano é individual, e por ser único, se torna muito especial, todos são especiais, professores e alunos.

Conviver e acolher as diferenças seria então o papel da Escola Inclusiva, mas o que muitas vezes vemos são a discriminação, segregação e exclusão a quem não se encaixa nos padrões pre-estabelecidos como de normalidade.

Para tentar reverter essa situação, cada vez mais, profissionais ligados à Educação Física estão sendo chamados para atuar junto a essa população especial, e surge uma questão: Esses profissionais estariam preparados para receber e orientar pessoas com necessidades especiais? A resposta costuma ser NÃO. Isso se deve a idéia que se formou ao longo dos anos, de que é bastante difícil se lidar com pessoas com necessidades especiais. Nada mais equivocado, o que se deve ocorrer é uma apropriação de conhecimento específico sobre certos aspectos da deficiência e a partir do conhecimento não se cometer equívocos ou discriminações.

Segundo Vygotsky (1998), uma criança com necessidades especiais não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente. Assim, os educadores, devem se preocupar em como atuar para propiciar esse desenvolvimento, pois os objetivos serão os mesmos; o que muda são as estratégias para se atingir tais objetivos.

Soler (2009, p. 23) afirma que o trabalho da Educação Física Inclusiva deve criar um novo modelo mais justo e acolhedor para a Educação Física Escolar, criando alternativas para eliminar a competição exagerada, que leva à exclusão e basear-se na pedagogia cooperativa, tentando com isso criar também uma nova ética, uma étnica cooperativa.

Os jogos cooperativos são jogos em que os participantes jogam uns com os outros, em vez de uns contra os outros. Joga-se para superar desafios. São jogos para compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos, gerando pouca preocupação com o fracasso ou com o sucesso como fins em si mesmos. Eles reforçam a confiança mútua e todos podem participar autenticamente. Ganhar e perder são apenas referências para o contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo. (SOLER, 2009, p. 139).

Nesse sentido, os jogos cooperativos favorecem algumas atitudes Brotto (2001):

- Evitam situações de exclusão.
- Diminuem as chances de experiências negativas.
- Favorecem o desenvolvimento das habilidades motoras e capacidades físicas.
- Estimulam um clima de alegria e descontração.
- Promovem o respeito pelas diferenças.
- Ensinam além das regras e estrutura de jogo.
- Além disso, é de suma importância

Os projetos sociais que possuem a prática esportiva tendem a impulsionar as crianças e os jovens para o universo esportivo, sendo que eles existem com um propósito de que gostem de atividades esportivas. Para se ter sucesso os projetos que contêm atividades esportivas como meio de inclusão social, dependem de acordos entre: educadores, estudantes e famílias, sendo primordial a definição dos valores, meios e expectativas do projeto.

Alem disso, é necessário frizar que é de suma importância os princípios da cooperação, aplicados ao ensino dos esportes, serão capazes de potencializar ações positivas no processo inclusivo somente se houver conhecimentos específicos da área da Educação Física.

Os profissionais devem compreender o esporte e os jogos cooperativos, buscando as suas interações e inter-relações para auxiliar o processo de inclusão. Sua atuação pedagógica deve ser, obviamente, eficaz, não se esquecendo da sua função como agente pedagógico e sua importância no processo educacional.

Se nada disso ocorrer, os Jogos Cooperativos perderão seu significado dentro deste complexo processo de ensino-aprendizagem e não estimularão em nada a inclusão, tornando-se um “atalho” falso e vazio (SILVEIRA [et al.], 2008, p. 4).

Os alunos que freqüentam os projetos, podem se reconhecer e ir além do seu potencial para crescer no esporte e na vida, trazendo conquistas no futuro, fazendo do esporte um meio de formação profissional e pessoal. Para o projeto ter êxito, é necessário que tenha profissionais bem capacitados, bem unidos, que sejam capazes de observar a evolução dos alunos, procurando sempre melhorar, para o projeto colher bons frutos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os avanços da neurociência, novas pesquisas científicas foram apresentadas e defendem que os benefícios da educação esportiva dentro das escolas vão além de uma vida saudável. Experimentos evidenciam relações positivas entre atividade física, funções cognitivas e o desempenho escolar dos alunos.

Provou-se que uma única sessão de exercício moderado de crianças com 9 e 10 anos de idade pode alterar a atividade eletroencefalográfica e melhorar o raciocínio em testes de desempenho acadêmico.

Além disso, a partir de estudos realizados pelo americano James Hillman, psicólogo com fama internacional e autor de diversos livros, o exercício físico aeróbico é capaz de aumentar o estado de atenção em avaliações, com melhores resultados nas tarefas e compreensão mais clara da leitura.

Considerando a necessidade de praticar atividades físicas na infância e na adolescência, algumas categorias no desenvolvimento do esporte são destacadas no atual cenário brasileiro, entre elas a educação esportiva, ou seja, o uso do esporte como ferramenta educacional nas aulas de Educação Física e no ambiente escolar.

Conclui-se portanto, que se a sociedade contribuir para a inclusão acontecer, mais rápido se tornará uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade para todos, garantindo espaços a todas as pessoas, fortalecendo as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana, enfatizando a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas mais justas, mais saudáveis

e mais satisfatórias. (SASSAKI, 2003).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Alfabetização Emocional**. São Paulo: Terra, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 05, 17 dez. 2009. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

CUNHA, Michele de Jesus et al. **DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**. 2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição 1988: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso 3 de abr. de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental**. Política Nacional de Educação Infantil. MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96)**. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elisa P. da Silva (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Medo e ousadia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Villa das Letras Editora, 2009.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

HORN, Maria da Graça Souza. **O papel do espaço na formação e transformação da ação pedagógica do educador infantil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: < [http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1646?locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1646?locale=pt_BR) > Acesso 20 maio 2023.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007.

VIEIRA, S. L. **Educação básica: política e gestão da escola**. Brasília: Líber Livro, 2009.

# A VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA ALIADA À PRÁXIS COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO CERCEAMENTO DO ENCANTAMENTO INFANTIL



**VANIA ANSELMO QUARTIM DE BLASIIS**

Pós-graduação em Educação Infantil.

## RESUMO

Muito se escuta falar sobre os avanços das pesquisas, das transformações nas concepções sobre a infância e principalmente sobre a importância desta na trajetória humana, porém alguns questionamentos ainda se fazem presentes como: - as mudanças estão de fato acontecendo? – todos/as os/as envolvidos/as no processo da infância estão realmente engajados/as nas transformações para a valorização dessa etapa? - qual o verdadeiro papel dos/as educadores/as da infância na busca pela práxis de tal forma que seja colaboradora na efetivação do discurso? - como perceber que as ações de maneira responsável são fundamentais para modificar tantas problemáticas que surgem no dia-a-dia do cotidiano das unidades de educação infantil? - quanto cada um/uma se responsabiliza pela infância que resolveu abraçar? Essas e outras indagações surgem quando o assunto é efetivar um discurso na prática, apesar de sacrifícios inúmeros, é possível perceber que muitos dos problemas encontrados dentro das escolas estão inteiramente ligados à prática educacional, que muitas vezes sai do campo de engajamento da valorização da infância para o cerceamento do encanto, que a etapa pode oferecer às crianças, unicamente por não executar o que se diz ou por reproduzir práticas anosas. Quando se percebe que o discurso e a prática devem andar lado a lado, baseando-se no esforço da necessidade de transformação, percebe-se também que cada um/uma tem seu papel essencial na busca pela propalação da infância como direito da criança em ser feliz, em encantar-se com a vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consciência; Infância; Transformação.

## INTRODUÇÃO

Historicamente é de conhecimento que as instituições educacionais carregam uma carga de um currículo conteudista, classificatório e de certa forma excludente, visto que por muito tempo

não existia a valorização das experiências das crianças e estudantes, quisera então, a escuta sobre seus desejos e anseios.

Rotinas que visavam determinados saberes, determinadas ações, regras estabelecidas, independentemente das necessidades daqueles que ali estavam. Padronizando a educação, sem perceber que a educação não se padroniza, não se fixa, pois a educação e o ato de educar é feito de movimentos, tentativas, experimentações, argumentações e crescimento mútuo.

“[...] o Currículo Integrador defende que as potencialidades dos bebês e das crianças se ampliam à medida que vivem experiências que sejam organizadas e apoiadas por educadoras e educadores e ao mesmo tempo sejam desafiadoras das ações das possibilidades das crianças. [...] (São Paulo, 2015, p.16).

Essa concepção, um tanto quanto arcaica, reflete um sistema de manipulação das massas, a dominação por meio de um mecanismo, que tinha como principal objetivo o ensino de maneira estanque, sem valorizar a capacidade de cada um, não permitindo, ou cerceando, a capacidade e a habilidade de criar, questionar e dar significado ao vivido, assim como aponta Freire (1987): “A manipulação se impõe nestas fases como instrumento fundamental para a manutenção da dominação”.

Assim sendo, é necessário apontar que as mudanças começaram, que as reflexões estão mais presentes, principalmente no que diz respeito à educação infantil, a educação das infâncias.

Aqui trilharemos um caminho sobre o trabalho do/a educador/a da infância, sua responsabilidade e principalmente, sobre a necessidade das transformações pedagógicas, para que se possa avançar, pois sem alinhar a fala à ação será quase impossível chegar em algum lugar.

Ser um/a educador/a da infância vai além de um contrato, é permitir sentir a delicadeza de ver a infância junto, de participar das experiências, não ser somente um/a ditador/a de regras e combinados, nem um/a observador/a, mas ser aquele/a que faz parte do processo que ousa:

”Foi preciso driblar e transgredir situações cotidianas que teimavam em me dizer: - Não será possível!!! Eu, transgressivamente em atos de rebeldia revolucionários e de grandes ousadas, falava para mim mesmo, em todos os dias da minha vida: Todos os dias a vida é apenas um modo de viver. [...] Todos os dias, se for possível teime em desobedecer! Todos os dias temos a vida para viver!” (MARTINS FILHO, 2021, p.20).

É urgente que aqueles/as envolvidos/as com a educação infantil reflitam sobre a sua importância, para que possam transformar suas práticas e assim possibilitar que prescrições didáticas fiquem no passado e que o compromisso com a infância seja o principal argumento para ações que permitam que as crianças construam seus pensamentos e ações vivenciando o encantamento que tem direito, o encantamento com a simplicidade e ao mesmo tempo com a grandiosidade do que é ser criança.

Acreditamos que a escola infantil contemporânea tem, acima de tudo, o compromisso com a criança, com a cidadania, com a sua cultura. A criança, muito mais do que o adulto, ainda é capaz de extasiar-se com as coisas simples da vida. (REDIN, 2017, p.29).

Sem dúvidas, quando se proporciona para crianças uma infância pelo compromisso com o encantamento, estamos proporcionando para essas crianças um desenvolvimento sadio que refletirá em toda sua trajetória humana.

O encantamento de vivenciar a infância inicia pelo olhar e entrosamento do/a educador/a para que o objetivo primordial seja alcançado: o encantamento de ser criança e de ser feliz ao viver

a mesma.

## **A VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA ALIADA À PRÁXIS COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO CERCEAMENTO DO ENCANTAMENTO INFANTIL**

É de conhecimento que a educação vive em transformação, porém mesmo assim, ainda nos deparamos com ações dentro das unidades de educação infantil preocupantes. Pesquisas evidenciam a importância da infância no desenvolvimento humano, logo o que se faz dentro das escolas são de extrema relevância

Precisamos, sobretudo, refletir sobre a concepção de infância que viemos construindo e sobre o papel dos profissionais de Educação Infantil em termos do seu compromisso de garantir o direito às crianças de serem compreendidas e respeitadas em suas especificidades nos espaços educativos constituídos para elas. (REDIN, 2017, p.11).

Sendo assim faz-se urgente ações pedagógicas que levem em consideração o âmago da infância, perceber que as crianças evidenciam os sinais de suas necessidades, que não são indivíduos que devem ser moldados de acordo com as concepções dos/as adultos/as para serem emoldurados em expectativas ditadas, assim como aponta MARTINS FILHO (2023, p.7):

Passei no cotidiano da creche e pré-escola dedicar especial atenção aos jeitos de ser das crianças, entendendo que pode significar muito sobre suas formas humanizadoras de ser e não apenas humanizá-las de acordo com nossas lógicas adultocêntricas; Passei a dispensar tempo para prestar atenção no que as crianças produzem, expressam e como interagem entre si, o que hoje faz abrir mão muitas vezes do que nós adultos desejamos para elas;

Combater o cerceamento do encantamento infantil está totalmente ligado ao enfrentamento da continuidade de práticas que não visam cotidianos da companhia, do olhar, da aproximação e da participação, práticas que são viciadas, sem reflexões, sem aprofundamento, que se repetem dia a dia, semana a semana, mês a mês, ano a ano...

A manutenção de práticas ultrapassadas é essencial para que essa transformação aconteça, e para que o objetivo seja alcançado é preciso que a pesquisa, a formação e o interesse dos/as educadores/as sejam aguçados. Mobilizar os/as envolvidos/as nas práticas e no cotidiano escolar em busca de uma rotina planejada que respeite a criança em sua totalidade: ser, sentir, perceber, fazer, transformar, experimentar, viver, questionar.

Porém, somente quando se busca o aprofundamento sobre essas transformações é possível modificar, ressignificando assim suas concepções e ações na práxis:

A formação docente, vista como processo de atribuição de sentido “ao que se faz”, “como se faz”, “para que se faz” determinadas intervenções é um movimento contínuo de busca de “re-criação” dos elementos centrais que constituem o sujeito-educador: responsabilidade, envolvimento, autonomia e compromisso qualifica-se, dá-se uma forma, cria-se uma imagem como profissional de educação. (PROENÇA, 2018, p.36).

Para Redin (2017): “Contudo, ainda estamos bastante distantes do que se entende como ideal no trabalho pedagógico, principalmente nas escolas que acolhem as crianças das classes sociais menos favorecidas”, logo é possível refletir sobre ações que ainda perpassam dentro das escolas de educação infantil públicas.



Questionamentos de como alterar essa triste realidade surgem dia a dia, como forma incansável de apoiar a infância, o encantar vivenciado pelas crianças, porém são vistos como recentes, apesar de urgentes, no nosso país:

[...] é apenas no limiar da década de 1990 que a Educação Infantil passou de uma preocupação vinculada aos movimentos sociais para o campo de propostas educacionais. Localiza-se significativa preocupação também com a temática do exercício da docência. Com isso, revela-se que no Brasil o debate em torno da especificidade da docência no que se refere à educação das crianças de zero a seis anos é uma elaboração recente, [...] (MARTINS FILHO, 2021, p.76).

Com isso, é preciso continuidade neste caminho da busca de transformação, apoiando a infância em sua essência, para que crianças possam ser crianças, sem terem furtado seu direito de ser feliz, de alegrar-se com a simplicidade do que é ser criança, sem terem seus corpos e mentes enclausurados por determinismos arcaicos que não valorizam essa etapa tão fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, que é a infância.

Esta não pode e nem deve ser a etapa de escolarização, de antecipação, de tornar precoce metodologias e didáticas que chegarão em outra hora para cada um/a.

A infância das escolas de Educação Infantil pode e deve ser a das emoções, das sensações, das alegrias, dos sonhos, do encantamento. Não se pode mais aceitar uma educação transmissiva, que não permite que crianças se expressem, que moldam e determinam somente.

Apesar de tudo, esse tipo de educação ainda persiste, como afirma MARTINS FILHO (2021, p.48), “[...] as atividades pedagógicas ainda são estruturadas e legitimadas por métodos e/ou técnicas de transmitir conhecimento cujo intuito é ajustar hábitos, racionalidades, valores morais, normas e condutas [...]”.

A escola de Educação Infantil tem um grande papel na jornada de cada criança, pode ser transformadora de caminhos, mas para isso é preciso ressignificar e reconstruir as escolas, como aponta o Currículo da Cidade – Educação Infantil – São Paulo: “Recriar a escola de Educação Infantil é superar compreensões assistenciais, compensatórias e antecipatórias”.

Educadores/as necessitam refletir sobre suas práticas e estabelecer um paradoxo, na busca de seu próprio encantamento para poder assim proporcionar oportunidades de encantar, isso demanda trabalho responsável, que permita que as ideias e ideais saiam dos diálogos e discussões e sejam colocados em prática, na prática – alinhar o que se fala ao que se faz.

A intencionalidade pedagógica deve ser a firmada em concepções de garantia de direitos, de respeito aos tempos, aos sonhos, aos desejos, ao universo encantador que somente a infância pode oferecer, pois assim é possível proporcionar às crianças a vontade de trilhar caminhos mais leves, felizes e que permitem imaginar, sonhar e realizar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mais que urgente a práxis de busca, de reflexão de transformação. Partir de uma situação problema para a investigação no caminho da solução. Assim como afirma Paulo Freire:

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. (FREIRE, 2002, p. 84).

Não se pode ressignificar a prática sem estabelecer uma conexão do que precisa ser feito com o que precisa ser sentido. Não se pode perder a esperança, em um discurso monótono, pois isso, é um desrespeito à infância.

A partir do momento que o discurso se acomoda, a práxis perde sua funcionalidade, intencionalidade, existência. Para que com alegria e esperança as ações estejam interligadas com a valorização da infância, e assim com o enaltecimento do encantamento, é urgente abandonar a postura arcaica, neutra e/ou imóvel e partir para uma ação de certeza, a certeza de que com alegria e esperança é possível condecorar o encantamento vital da infância, para que assim o discurso deixe de ser raso para se tornar prática genuína.

Nessa cultura do instrucionismo, conhecimento se transforma em objeto “petrificado”, como algo dado, imutável, estereotipado, que não se renova a cada nova compreensão. E os alunos tornam-se depósitos, garrafas que precisam ser enchidas de conhecimento. Essa cultura de instrucionismo é marcada pela rotina quase dogmática das aulas, pela expectativa de aprendizagem centrada na figura do professor, cuja avaliação serve para selecionar e classificar os alunos. (LIBÂNEO; ALVES, 2012, p. 221).

Valorizar a infância é valorizar cada criança em sua trajetória de vida, é permitir que elas tenham vez e voz. Isso não é e nem pode ser uma simples utopia cotidiana, precisa ser a luta diária, a busca incansável, que diz muito sobre quem está proposto a mudar, a tentar, no insistir. Buscar uma prática que estabelece uma relação de cumplicidade e parceria entre educadores/as e crianças, que sai de dogmas para uma relação de confiança, de diálogo, que deixa de classificar, de moldar, para proporcionar oportunidades, que permite transcender as ações cotidianas para valorização de habilidades múltiplas e diversificadas em um mesmo espaço.

A aprendizagem é, portanto, um processo complexo e dinâmico que deve ser potencializado nos espaços institucionais dedicados à Educação a partir das oportunidades de vivências múltiplas que considerem as diversas infâncias, as vozes e os tempos dos sujeitos de aprendizagem e suas construções culturais no encontro com a sociedade, o conhecimento e a cultura. (São Paulo, 2015, p. 35).

Ao cruzar os braços frente aos problemas que surgem no dia a dia das escolas, educadores/as estão reafirmando o cercear da essência da infância, o encantamento de ser criança.

Assim para que essa metamorfose ocorra é preciso muito trabalho, respeito, vontade e acima de tudo, responsabilidade, com a fase mais importante da vida humana que é a infância.

Quem não se engaja com o encantar infantil está de certa forma calando, cerceando o direito da criança de ser criança.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (orgs.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS FILHO, Altino José. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil**. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2021.

MARTINS FILHO, Altino José. **Criança pede respeito: docência na educação infantil**. 4. ed. Tubarão, SC: Copiart, 2023.

PROENÇA, Maria Alice. **Prática Docente: a abordagem de Reggio Emília e o trabalho com projetos, portfólios e redes formativas**. 1. ed. São Paulo: Panda Educação, 2018.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Currículo integrador da infância paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015.

REDIN, Marita Martins et al. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2017.

# SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR



## YARA DA SILVA FARIA

Graduação em Letras pela Faculdade Anhanguera (2012); Especialista em Psicologia Escolar pela Faculdade Faconnect (2022); Professora de Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa - na EMEF CEU Pera Marmelo.

## RESUMO

No contexto da saúde mental, a prevenção e o controle social são fundamentais para garantir uma abordagem ampla e integrada dos problemas relacionados a essa área. Isso envolve desde a promoção de hábitos saudáveis e ações preventivas para evitar a ocorrência de transtornos mentais até a garantia de acesso a serviços de saúde mental de qualidade para quem precisa. Nesse sentido, a instituição escolar pode desempenhar um papel importante na educação e na prevenção em saúde mental dos alunos. No entanto, é importante reconhecer que a instituição escolar não pode ser vista como a única responsável pela prevenção e promoção da saúde mental dos alunos. Esse é um desafio que envolve a sociedade como um todo, e que requer uma abordagem integrada e multidisciplinar. Além disso, é preciso garantir que as ações de prevenção e promoção da saúde mental estejam alinhadas com as políticas públicas de saúde mental e com os direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde mental; Escola; Prevenção.

## INTRODUÇÃO

A saúde mental no contexto escolar é uma questão extremamente importante, pois os estudantes passam grande parte de seu tempo na escola e, muitas vezes, enfrentam desafios que podem afetar sua saúde mental. Alguns dos fatores que podem afetar a saúde mental dos alunos incluem o estresse acadêmico, problemas de relacionamento com colegas e professores, pressão social e familiar, bullying, dificuldades de aprendizagem, entre outros.

É importante que as escolas estejam preparadas para lidar com a saúde mental dos alunos, oferecendo recursos e apoio para ajudá-los a lidar com esses desafios. Isso pode incluir a disponibilidade de conselheiros escolares ou psicólogos, programas de educação em saúde mental para alunos e professores, treinamento para identificação e prevenção de comportamentos suicidas,

dentre outros.

Além disso, a criação de um ambiente escolar seguro, inclusivo e acolhedor pode ajudar a reduzir o estresse e promover a saúde mental dos alunos. Isso pode incluir a promoção de atividades extracurriculares, a implementação de políticas anti-bullying e a criação de programas de apoio para alunos que enfrentam dificuldades pessoais ou acadêmicas.

Portanto, a saúde mental no contexto escolar é uma questão complexa que requer ações integradas e sistemáticas para garantir que os alunos possam desenvolver seu potencial acadêmico e pessoal de maneira saudável e segura.

## **A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NA ESCOLA**

A educação básica é um direito de todos os cidadãos, garantido pela Constituição Federal de 1988. O artigo 205 da Constituição estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação básica é a etapa inicial da educação escolar, destinada à formação do cidadão, e é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A LDB também garante que a educação básica deve ser oferecida gratuitamente a todos os brasileiros, em escolas públicas ou particulares, e que o Estado tem o dever de assegurar a qualidade do ensino e garantir o acesso e permanência dos alunos na escola.

Assim, a educação básica é um direito fundamental e essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o exercício da cidadania, devendo ser garantida pelo Estado de forma gratuita e de qualidade para todos os cidadãos.

A relação entre o comportamento socioemocional e a aprendizagem é uma questão importante na educação básica. A saúde mental e emocional dos alunos pode afetar significativamente a sua capacidade de aprender, assim como as suas interações com os professores e colegas.

Para que a aprendizagem seja efetiva, os alunos precisam estar motivados, interessados e engajados nas atividades de aprendizagem. Se os alunos estiverem enfrentando problemas emocionais, como ansiedade, depressão, estresse ou problemas de relacionamento, isso pode afetar negativamente a sua capacidade de se concentrar e aprender.

Por isso, é importante que as escolas sejam sensíveis às necessidades emocionais dos alunos e ofereçam apoio psicológico e emocional, quando necessário. Além disso, é importante que os professores sejam treinados para lidar com as emoções e comportamentos dos alunos de forma eficaz, para que possam ajudá-los a superar quaisquer desafios emocionais que estejam enfrentando e maximizar o seu potencial de aprendizagem.

Logo, a relação entre o comportamento socioemocional e a aprendizagem é fundamental na

educação básica, e é importante que as escolas e os professores estejam equipados para lidar com essas questões de forma eficaz, para que os alunos possam atingir seu pleno potencial educacional.

A saúde é o “estado de bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades, consegue enfrentar os estressores normais da vida, é capaz de produzir no trabalho e gerar frutos dele, e tem condições de promover sua própria contribuição à comunidade em que vive” (WHO, 2004, p. 1). Assim, pode-se dizer que a escola possui papel protagonista na identificação de situações de risco e na intervenção precoce nos problemas de saúde mental. Além disso, é a primeira instituição de socialização do indivíduo em muitas sociedades. É neste local que o público infantojuvenil passa a maior parte do seu tempo. Por isto, “a escola tem se tornado um dos mais importantes locais para promoção da saúde e intervenções preventivas entre crianças e jovens” (WHO, 2004, p. 31).

De fato, a escola desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e no bem-estar de crianças e jovens. É um local onde os estudantes passam a maior parte do seu tempo durante a semana, e onde eles são expostos a várias influências, incluindo práticas de saúde e hábitos saudáveis.

A escola pode ajudar a identificar sinais precoces de problemas de saúde mental e fornecer intervenções adequadas. Os educadores e funcionários da escola podem ser treinados para reconhecer sintomas de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e comportamento antissocial, e para encaminhar os estudantes para serviços de saúde mental especializados, quando necessário.

Além disso, a escola pode promover hábitos saudáveis, tais como alimentação adequada, exercícios físicos, higiene pessoal, sono suficiente, e prevenção de doenças infecciosas. A escola pode oferecer programas educacionais sobre nutrição, atividade física, prevenção de doenças, e segurança em geral.

Os educadores também podem fornecer suporte emocional e psicológico aos estudantes que estão enfrentando dificuldades em casa ou na escola. Isso pode incluir orientação individual, aconselhamento e suporte de grupo.

Portanto, a escola desempenha um papel vital na promoção da saúde e bem-estar dos estudantes. É importante que as escolas sejam proativas na identificação de problemas de saúde mental e física, e forneçam intervenções apropriadas. A promoção de hábitos saudáveis e o fornecimento de suporte emocional também são fundamentais para o sucesso dos estudantes na escola e na vida.

Nestes espaços de aprendizagem uma estratégia de promoção de saúde mental pode ser empregada por meio de treinamento e desenvolvimento dos profissionais sobre aspectos da saúde mental e bem-estar. O professor atua como agente de promoção de saúde mental e de prevenção de transtornos, “pois ele pode identificar sinais que demandem encaminhamento para avaliação de equipe de saúde mental, contribuindo para uma intervenção precoce” (VIEIRA, 2014, p. 17).

É importante destacar a relevância da promoção da saúde mental em ambientes de aprendizagem, como escolas e universidades. O treinamento e desenvolvimento dos profissionais que atuam nesses espaços pode contribuir significativamente para a identificação precoce de sinais de problemas emocionais e comportamentais nos estudantes, permitindo encaminhamentos para avaliação e intervenção por parte da equipe de saúde mental.

Além disso, a promoção da saúde mental pode trazer diversos benefícios para os alunos, como a melhora no desempenho acadêmico, o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e competência social, e a redução de problemas, como a depressão, a ansiedade, o bullying, o uso de substâncias e o comportamento agressivo.

Os professores, como agentes de promoção da saúde mental, podem adotar estratégias simples no dia a dia da sala de aula para ajudar a criar um ambiente emocionalmente saudável, como incentivar a expressão de emoções e pensamentos, oferecer apoio emocional aos alunos, e promover atividades que estimulem a criatividade, a autoestima e a cooperação entre os estudantes.

Assim, investir na promoção da saúde mental em espaços de aprendizagem pode trazer resultados significativos para a saúde e o bem-estar dos estudantes, além de contribuir para um ambiente educacional mais saudável e produtivo.

A saúde é um processo e não um produto a ser alcançado, segundo prescrições e normas previamente determinados. Trata-se de um processo complexo, um processo qualitativo, que supõe o funcionamento integral do organismo, nos seus aspectos somático e psíquico, cuja integração forma uma unidade e onde o prejuízo sobre um aspecto atua, necessariamente, sobre o outro. A saúde, portanto, deve ser conceitualizada levando-se em conta o nível individual, pois "a saúde humana (...) manifesta a vitalidade alcançada por uma população ou um indivíduo para o desenvolvimento de suas capacidades biológicas, psicológicas e sociais" (Aldereguía Henríquez, apud Gonzalez Rey, 1992, p.10).

Essa é uma visão muito importante e atual sobre o conceito de saúde. De fato, a saúde não pode ser vista apenas como a ausência de doenças, mas como um processo dinâmico e complexo que envolve não apenas o corpo físico, mas também a mente e o ambiente em que vivemos.

A abordagem holística da saúde reconhece que todos os aspectos da vida de uma pessoa estão interligados e influenciam sua saúde e bem-estar. Portanto, a promoção da saúde envolve não apenas o tratamento de doenças, mas também a prevenção, a educação, a promoção de estilos de vida saudáveis e a criação de ambientes que favoreçam a saúde.

Ao adotar essa visão mais ampla da saúde, podemos trabalhar para criar uma sociedade mais saudável e equilibrada, onde as pessoas possam viver suas vidas plenamente e desenvolver todo o seu potencial.

A escola desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e da saúde mental dos seus alunos. Ao criar um ambiente seguro e acolhedor, a escola pode ajudar a prevenir problemas de saúde mental e a apoiar aqueles que estão enfrentando desafios emocionais e comportamentais.

As possibilidades da escola na promoção da saúde mental incluem a implementação de programas de prevenção e intervenção precoce, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos, o apoio emocional por meio de orientação educacional e psicológica, e a criação de um ambiente escolar positivo e inclusivo.

No entanto, a escola também tem limites em sua atuação na promoção da saúde mental. Por exemplo, problemas de saúde mental podem ser causados por fatores externos, como traumas familiares ou comunitários, e não podem ser resolvidos apenas na escola. Além disso, a escola pode não ter recursos suficientes para lidar com problemas de saúde mental mais graves e complexos.

Assim, a escola pode desempenhar um papel importante na promoção da saúde mental dos alunos, mas é importante reconhecer seus limites e trabalhar em parceria com outras instituições e profissionais de saúde para garantir a melhor abordagem possível para cada caso.

A relação que comumente as pessoas estabelecem entre educação e saúde mental, no sentido de que esta depende da primeira, é amplamente discutida em um trabalho escrito. O autor analisa os esforços educativos dirigidos à prevenção das neuroses e condutas caracterológicas e conclui que “a educação psicológica não produz saúde mental, mas reproduz, tão-somente, a ordem social”. (Costa, 1986 p. 64).

O argumento apresentado por Costa em seu trabalho é que a educação psicológica não é suficiente para produzir saúde mental, pois ela não aborda as raízes sociais dos problemas psicológicos. Ao invés disso, a educação psicológica reproduz as normas e valores da sociedade em que vivemos.

De fato, a saúde mental é influenciada por diversos fatores, incluindo os sociais, econômicos, culturais e biológicos. A educação pode ser um fator importante na prevenção de problemas de saúde mental, mas é necessário que ela seja acompanhada por outras medidas, como o acesso a serviços de saúde mental e a criação de ambientes sociais e econômicos saudáveis.

Além disso, a educação psicológica pode reproduzir estereótipos e preconceitos, contribuindo para a marginalização de grupos sociais vulneráveis e aumentando o risco de problemas de saúde mental. É importante, portanto, que a educação psicológica seja crítica e reflexiva, abordando as desigualdades e injustiças sociais que afetam a saúde mental das pessoas.

Em resumo, embora a educação possa desempenhar um papel importante na prevenção de problemas de saúde mental, ela não é suficiente por si só. É necessário abordar as raízes sociais dos problemas de saúde mental e promover ambientes saudáveis e inclusivos para todas as pessoas.

É essencial que os profissionais da educação tenham conhecimento básico sobre saúde mental e transtornos mentais, uma vez que muitos estudantes enfrentam essas questões em algum momento de suas vidas. A falta de conhecimento adequado pode levar a equívocos e estigmas em relação a essas questões, o que pode afetar negativamente o bem-estar dos alunos.

Em programas voltados para a psicoeducação de questões relacionadas à saúde mental na escola, a maioria apresenta como objetivo a promoção do saber, além do desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais que possam favorecer o bemestar físico, mental e emocional no que concerne ao âmbito individual e ao coletivo (PRADO; BRESSAN, 2016 p. 103-109).

Os programas de psicoeducação voltados para questões relacionadas à saúde mental na escola têm como objetivo promover o conhecimento sobre saúde mental, além de desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais que possam ajudar os estudantes a lidar com as emoções, os pensamentos e as situações difíceis da vida de maneira mais saudável e equilibrada.

Esses programas são importantes porque ajudam a prevenir problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, e a promover a saúde mental e emocional dos estudantes. Além disso, ao desenvolver habilidades socioemocionais, como a empatia e a resiliência, os estudantes se tornam mais preparados para lidar com situações desafiadoras e para se relacionar de maneira saudável com os outros.



Dessa forma, a psicoeducação pode contribuir para a construção de uma escola mais saudável e acolhedora, que promova o bem-estar físico, mental e emocional dos estudantes e da comunidade escolar como um todo.

A educação não deveria dar à criança a impressão de que todos os impulsos são perigosos. Os educadores que se empenharem na realização dessa tarefa irão se confrontar com uma difícil missão, pois esta requer muito mais recursos pessoais do que materiais ou metodológicos. (Aragão. 1994, p.38).

A citação de Aragão (1994) destaca a importância de uma abordagem educativa que não demonize ou rejeite os impulsos naturais da criança, mas sim que ofereça um espaço seguro para que ela possa explorar e expressar suas emoções e desejos de forma saudável.

Essa abordagem requer que os educadores tenham uma compreensão profunda das necessidades emocionais e desenvolvimentos da criança, bem como habilidades para lidar com situações desafiadoras e conflitos que possam surgir. É necessário que os educadores sejam capazes de ouvir e compreender as perspectivas da criança, sem julgamento ou rejeição, e oferecer orientação e apoio adequados.

Portanto, é fundamental que os educadores invistam em seu próprio desenvolvimento pessoal e emocional, para que possam oferecer uma educação mais completa e enriquecedora para as crianças sob sua responsabilidade. Isso requer um esforço contínuo para aprimorar suas habilidades de comunicação, empatia, resolução de conflitos e autoconhecimento. Esses recursos pessoais são essenciais para criar um ambiente educativo seguro e acolhedor, que promova o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças.

O trabalho de educação é sui generis: não deve ser confundido com a influência psicanalítica e não pode ser substituído por ela. (Freud, 1925, p. 342).

Essa citação de Freud destaca a importância de distinguir entre o trabalho de educação e a influência psicanalítica. Embora a psicanálise possa ser útil em algumas situações educacionais, ela não pode ser usada como um substituto para o trabalho educacional propriamente dito.

Freud reconheceu que a psicanálise pode ajudar a compreender as motivações inconscientes que podem influenciar o comportamento humano, incluindo o comportamento educacional. No entanto, ele acreditava que a educação não é apenas sobre a compreensão dessas motivações inconscientes, mas também sobre fornecer orientação, incentivo e direção para o desenvolvimento humano.

Além disso, a educação envolve uma ampla gama de habilidades e competências, incluindo o desenvolvimento cognitivo, a aquisição de habilidades sociais e emocionais, e a construção de um sentido de identidade pessoal. Esses objetivos educacionais não podem ser atingidos apenas por meio da influência psicanalítica.

Portanto, embora a psicanálise possa ser útil na compreensão do comportamento humano, é importante lembrar que a educação é um processo multifacetado que requer uma abordagem holística e ampla.

A saúde mental é um aspecto crucial do bem-estar geral e tem sido cada vez mais reconhecida como uma preocupação importante no ambiente escolar. A promoção da saúde mental nas esco-

las pode incluir várias estratégias, como a criação de um ambiente de apoio emocional, o ensino de habilidades de resiliência, a redução do estigma em torno de problemas de saúde mental e a oferta de serviços de suporte e tratamento.

Assim, estudos que fornecem informações e reflexões sobre como promover a saúde mental nas escolas são valiosos para orientar as práticas futuras e intervenções eficazes. Além disso, o envolvimento de múltiplos projetos, com professores, pais, administradores escolares e profissionais de saúde mental, é fundamental para o sucesso de tais esforços de promoção da saúde mental nas escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial que os profissionais da educação tenham conhecimento básico sobre saúde mental e transtornos mentais, uma vez que muitos estudantes enfrentam essas questões em algum momento de suas vidas. A falta de conhecimento adequado pode levar a equívocos e estigmas em relação a essas questões, o que pode afetar negativamente o bem-estar dos alunos.

Os professores podem desempenhar um papel importante na promoção da saúde mental na escola, criando um ambiente acolhedor e de apoio para os estudantes. Isso pode incluir atividades que incentivem a expressão de emoções e a resolução de conflitos, além de encorajar a busca por ajuda quando necessário.

Para que os professores possam desempenhar esse papel adequadamente, é fundamental que eles tenham acesso a oportunidades de formação profissional de qualidade. Essas oportunidades devem incluir informações sobre saúde mental, transtornos mentais, estratégias de promoção da saúde mental e abordagens eficazes para lidar com questões relacionadas à saúde mental na escola. Dessa forma, eles estarão mais preparados para ajudar os estudantes que precisam de suporte em relação à saúde mental.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, R. O. (1994). **Psicanálise e educação: conflito ou conciliação?** In: BUCHER, R. & ALMEIDA, S. F. C. de (orgs.). *Psicologia e psicanálise, desafios*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2ª ed.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Câmara de Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017.

COSTA, J. F. (1986). **Saúde mental, produto da educação?** In: *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal.

FREUD, S (1925/1976). **Prefácio à juventude desorientada, de Aichhorn.** In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v.19.

GONZALEZ REY, F. (1992). **Personalidad, salud y modo de vida.** Caracas: Fondo Editorial de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela.

VIEIRA, M. et al. **Saúde mental na escola.** In: QA, G. M.; BRESSAN, R. A. (Org.). **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber.** Porto Alegre: Artmed, 2014. Cap. 1. p. 13-24.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Prevention of mental disorders: Effective interventions and policy options: Summary report.** Geneva: World Health Organization, 2004.

# A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS PRIMÓRDIOS À IDADE CONTEMPORÂNEA



## ZILMA MOURA LOPES

Graduação em Pedagogia pelas Faculdades Campos Salles (1997); Especialista em Educação e Neurociências pelas Faculdades Campos Salles (2020); Professora de Educação Infantil, na EMEI Abelardo Galdino Pinto- Piolin.

## RESUMO

O objetivo central deste artigo é levar o leitor a pensar criticamente sobre a importância do desenvolvimento da educação ao longo da história humana. Desde os primevos humanos até o ser altamente conectado de hoje, essa evolução foi essencial para moldar o caráter da espécie, quer no que tange às suas necessidades básicas, quer no mais filosófico sentido da intelectualidade. Para isso, foi necessário um profundo mergulho no tema, utilizando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que o processo de aquisição de conhecimentos, quer pela observação, quer pelo ensaio e erro, só serve à sociedade humana por meio de um processo específico para sua difusão. Esse processo evoluiu paralelamente ao ser humano, permitindo que ele não só conquistasse novos e essenciais conhecimentos, mas que pudesse dividi-los com seus congêneres, de forma a desenvolver-se cada vez mais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Evolução; Conhecimentos; Intelectualidade; Desenvolvimento.

## INTRODUÇÃO

Analisam-se, neste artigo, aspectos da história da Educação no mundo e a sua importância na evolução humana, bem como os seus vínculos com o desenvolvimento da sociedade. A necessidade de organização e de implantação de um sistema de transmissão de conhecimentos foi essencial para que os primitivos moradores das cavernas sobrevivessem à competição alimentar com outras espécies e as sobrepujassem, podendo chegar aos dias atuais como os únicos seres chamados de racionais. Nesse percurso histórico, discute-se também de que forma a consolidação do sistema contribuiu para a sociabilidade humana e sua supremacia no planeta. As considerações elaboradas neste artigo resultam de pesquisa bibliográfica e da experiência da autora na área. O método escolhido para realizar este trabalho foi a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos

e revistas especializadas que tratam do tema, com abordagem qualitativa que pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão mais detalhada sobre a importância da história. Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois teve como objetivo aprofundar o conhecimento a respeito do tema.

Sócrates inventou o método pedagógico do diálogo, envolvendo a ironia e a maiêutica (método que consiste na multiplicação de perguntas, induzindo o interlocutor na descoberta de suas próprias verdades e na conceituação geral de um objeto). Luzuriaga (1983; p.68) tratou da educação romana de forma ímpar. Gadotti (1996, p. 52) trouxe à luz a participação da Igreja no tema. Um autor importante quando se estuda o conceito de Cultura é o brasileiro Roque de Barros Laraia, professor emérito da Universidade Nacional de Brasília, UNB. Ele nos informa as teorias modernas sobre Cultura: “Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos”. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante.

Os diversos métodos educacionais utilizados durante a história humana são a essência do que somos hoje. Estudar a história da educação não é apenas um exercício de estudo, mas uma verdadeira viagem pela evolução humana.

## PRÉ-HISTÓRIA

Em sua aurora, a humanidade encontrava-se em um mundo envolto em perigos. O homem não possuía atributos naturais que lhe dessem muitas vantagens sobre as outras espécies. A observação e a tentativa e erro, acabaram por dotar alguns indivíduos de habilidades que lhes permitiam sobreviver. Mesmo assim, a vida em grupo, que os tornava mais aptos à sobrevivência, acabou por gerar a necessidade de dividir essas habilidades com os outros. Os que sabiam algo, ensinavam aos outros, fortalecendo aquela sociedade incipiente. Os métodos de caça e coleta passavam de indivíduo para indivíduo por incontáveis gerações. A educação primitiva tem como objetivo ajustar o ser ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição de experiências. Os chefes de família são os professores.

Nessa concepção, Luzuriaga afirma que a educação nas sociedades tribais:

Era essencialmente uma educação natural, espontânea, inconsciente, adquirida na convivência com os pais e filhos adultos e menores. Sob a influência ou direção dos maiores, o ser juvenil aprendia as técnicas elementares necessárias à vida: caça, pesca, pastoreio, agricultura e fainas domésticas. Trata-se, pois, de uma educação por imitação, ou melhor, por coparticipação nas atividades vitais. Assim aprende também os usos e costumes da tribo, seus cantos e suas danças, seus mistérios e seus ritos, o uso de armas e sobretudo da linguagem, que constitui o seu maior instrumento educativo (LUZURIAGA: 2001; p.14).

## A EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

Os mais antigos registros arqueológicos de cidades remontam à Revolução Neolítica (que foi a transição em grande escala de culturas humanas do estilo de vida de caçador-coletor e nômade para um agrícola e sedentário fixo), por volta de 4.000 a 3.000 a.C. A constituição das cidades na Antiguidade tinha por objetivo centralizar o comércio bem como proteger seus habitantes de povos inimigos. Entre as primeiras sociedades civilizadas, estão as chamadas orientais, como China, Índia e Egito, dentre outras. O comércio acaba por gerar a necessidade de registro e provoca o surgimento da escrita, que fixa o saber, e de classes encarregadas de seu cultivo: os letrados. No Egito, os escribas; na China, os mandarins e na Índia, os brâmanes, tendo a seu cargo a administração e o governo. Essas características reclamam a organização de uma educação sistemática. Assim surgem escolas e mestres e, posteriormente, instrução pública organizada. O saber representa uma forma de poder. As preocupações com a educação permeiam os livros sagrados, que direcionam as regras ideais de conduta e orientação para o enquadramento das pessoas nos rígidos sistemas religiosos e morais. Enquanto que nas sociedades primitivas o saber é difuso, acessível a todos, nas civilizações orientais, as populações não têm direitos políticos nem acesso ao saber dominante. O conhecimento da escrita é bastante restrito. A grande massa fica então excluída da escola e restringida a educação informal. Os hebreus, como nas demais civilizações antigas, estão impregnados de religiosidade e da ação dos profetas, seus primeiros educadores. As sinagogas eram locais de instrução. Significativa mudança, porém, acontece entre eles, distinguindo-os dos demais povos: desenvolveram uma nova ética para os valores da pessoa e para a integridade moral. Valorizavam a educação manual e a aprendizagem de um ofício. A educação popular e a erudita marchavam paralelamente. Ainda assim, como todos os povos orientais, os seus métodos de ensino baseavam-se na memória mecânica. A educação, nas sociedades orientais, buscava, com base em suas doutrinas morais e religiosas, conduzir as pessoas.

A Grécia é o berço da civilização ocidental e o mundo grego foi pródigo em tendências educacionais. De acordo com Jaeger (1986; p.5), ela representou, em face dos grandes povos do Oriente, um “progresso” fundamental, um novo “estádio” em tudo o que se refere à vida dos homens na comunidade. Para o autor, não é possível descrever em poucas palavras a posição revolucionária e solitária da Grécia na história da educação humana. Os ensinamentos de Sócrates, Platão e Aristóteles estão entre os mais citados no mundo, ainda hoje.

Com a criação das cidades, aparecem as primeiras escolas. Esparta e Atenas dividem o protagonismo, embora representassem dois mundos totalmente diferentes. Esparta era uma sociedade guerreira e pregava uma educação militar e cívica. Os interesses individuais sucumbiam em razão do Estado. Por outro lado, Atenas era uma cidade-estado democrática, ainda que aos moldes daquela época. O processo educativo era visto como um meio para que o indivíduo alcançasse o conhecimento da verdade, do belo e do bem. No mundo contemporâneo há resquícios dessas duas formas de se ver o mundo. Porém, somente no período clássico, sobretudo em Atenas, a instituição escolar foi estabelecida. Por volta do século V a.C., foi criada a palavra paideia, que de início significava apenas criação dos meninos (ARANHA, 1996, p.41). Paideia - refere-se à prática educativa e à formação cultural do cidadão. Remete à ideia de educação ligada à cultura, às práticas corporais

e artísticas dos jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza ou dos comerciantes enriquecidos. A escola era elitizada – o ideal de educação da época estava em consonância com os ideais e aspirações da sociedade. Para os gregos, a palavra escola – *scholé* – significa inicialmente ‘lugar do ócio’. “O ócio digno significa a disponibilidade de gozar o tempo livre, privilégio daqueles que não precisam se ocupar da própria subsistência” (ARANHA: 1996; p.50).

Os gregos clássicos foram os responsáveis pela origem da pedagogia pois, ao debaterem os propósitos da paideia, delineiam as primeiras ideias da ação pedagógica, influenciando, por séculos, o ocidente. Perguntando o que, como e para que ensinar enriquecem a filosofia e são, por ela, enriquecidos.

Para Jaeger (1986; p.11), no entanto, é indiscutível a premissa de que foi a partir do momento em que os gregos situaram o problema da individualidade no cimo do seu desenvolvimento filosófico que principiou a história da personalidade europeia. Foram os gregos quem pela primeira vez viram que a educação tem de ser também um processo de construção consciente.

Em outro importantíssimo Império da antiguidade, Roma elaborou um modelo próprio de civilização, de economia, de Estado e de cultura com características originais e dotado de grande capacidade expansiva. Foram a expansão econômica, territorial e política de Roma, que vieram a subverter a ordem social, cultural e educativa até então vigente. Roma, ao entrar em contato com outras civilizações, abriu-se ao conhecimento, em especial do mundo grego, mas também do mundo oriental em relação às suas religiões e rituais. O estilo de vida romano acabou se helenizando com a assimilação dos costumes, da cultura, da literatura, da política e, do ideal de formação humana construído pelos gregos. A educação na Roma migra do caráter prático para o modelo helenístico. Segundo Cambi:

Enfatiza-se o “orador”, homem ideal que reúne em si capacidade de palavra, riqueza de cultura e capacidade de participar da vida social e política. É o homem da polis grega, reativado e universalizado pelo culto da Humanitas, que se completa com o estudo das artes liberais e da retórica em particular. Roma universalizou a cultura grega. As escolas romanas foram veículos de universalização de sua cultura. Alguns benefícios foram concedidos aos professores do ensino médio e superior, um deles a isenção do pagamento de impostos; e para estudantes, de bolsas sob forma de ‘instituições alimentícias’. (CAMBI, 1999; p. 55).

Inúmeras bibliotecas foram criadas e os romanos se apropriavam dos manuscritos nas regiões conquistadas, ampliando seu cabedal e universalizando conhecimentos.

## **A EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA**

A Idade Média inicia-se com a queda do Império Romano (476) até a tomada de Constantinopla (1453), marco que determina o limite da influência da cultura greco-romana. Com a insegurança provocada pelas invasões bárbaras e a expansão mulçumana, há um grande êxodo das cidades para o campo. Um novo sistema social é criado com base na suserania e vassalagem. O poder do Rei diminui e muitos territórios são divididos. A nobreza e o clero se fortalecem. A condição social dos homens é determinada pela sua relação com a terra, por isso a nobreza e o clero (proprietários de terra) têm poder e liberdade. Do lado contrário estão os servos, que são obrigados a prestar serviços para os detentores da terra. O cristianismo é o elemento agregador. No que tange à educação,

o significado do cristianismo historicamente, pode reduzir-se, segundo Luzuriaga:

Reconhecimento do valor do indivíduo como obra da divindade; Superação dos limites de nação e Estado e criação da consciência universal humana; Fundamentação das relações humanas no amor e na caridade; Igualdade essencial de todos os homens, seja qual for a posição econômica ou classe social; Valorização da vida emotiva e sentimental sobre a puramente intelectual; Consideração da família como a mais imediata comunidade pessoal e educativa; Desvalorização da vida terrena presente ante o além e, portanto, subordinação da educação à vida futura; Reconhecimento da igreja como órgão de fé cristã e, logo, como orientadora da educação. (LUZURIAGA, 2001; p. 70).

A educação cristã, desde os primórdios, foi direta e pessoal. Jesus, os apóstolos, os evangelistas e os seus discípulos assumiram o papel de educar. Não havia escolas. O caráter do ensino era religioso.

As escolas que surgem, posteriormente, tinham a seu cargo os sacerdotes. São as escolas de catequistas, a escola episcopal e a escola paroquial ou presbiterial, visando, principalmente, a formação de eclesiásticos. A maioria da população ficava sem instrução.

Os mosteiros eram os mantenedores da educação e da cultura: “[...] toda essa educação, como a anterior, continuava reservada a certa minoria; naquela, de eclesiásticos; nesta, de monges” (LUZURIAGA: 2001; p.73).

Como ensina Gadotti:

A nobreza realizava sua própria educação: o perfeito cavaleiro com formação musical e guerreira. As classes trabalhadoras nascentes não tinham senão a educação oral, transmitida de pai para filho. As mulheres, consideradas pecadoras pela Igreja, só poderiam ter educação se fossem ‘vocacionadas’ para ingressar nos conventos femininos. A Igreja não considerava a educação física, pois considerava o corpo pecaminoso. Os jogos ficavam por conta da educação do cavaleiro. (GADOTTI, 2001; p. 75).

No século IX, por meio das ideias de Carlos Magno, o sistema de ensino compreende a educação elementar, em escolas paroquiais, dirigidas por sacerdotes; a educação secundária, ministrada em escolas monásticas (monastérios e conventos) e a educação superior, nas escolas imperiais, para preparação dos funcionários do Império. A Igreja controla a educação e os princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval. Aranha:

Na Idade Média não houve grandes teóricos da educação, mas em compensação houve muitos educadores, geralmente monges e eclesiásticos. Dentre os Patrísticos, destacam-se: Clemente de Alexandria, Orígenes, São Basílio, São Jerônimo, São Bento (fundador da ordem dos beneditinos) e Santo Agostinho. Em relação a Santo Agostinho, nascido na África romanizada e educado na tradição helênica, foi um dos pensadores mais importantes de todos os tempos e o maior dos padres da Igreja. Escreveu várias obras, dentre elas: Confissões, A cidade de Deus, O Mestre e Tratado da Ordem (em que explica sua concepção de educação integral humanística). Esses padres impuseram a necessidade de um corpo de doutrinas, dogmas, culto e disciplina da nova religião. Dentre os enciclopedistas, que retomam a cultura antiga e continuam o trabalho de adequação às verdades teológicas, destacam-se: Marciano Capella, Boécio, Cassiodoro, Isidoro de Servilha, Beda e Alcuíno. Conhecem e leem as obras clássicas, selecionam, traduzem, copiam textos e adaptam à fé cristã. (ARANHA, 1996; p. 23).

Uma nação da época, que se diferencia do Ocidente cristão, mas que o influencia devido ao seu alto grau de desenvolvimento técnico, científico, filosófico é o Islã. A educação islâmica, apesar de ser de orientação religiosa, reconhece a importância dos estudos científicos, filosóficos, técnicos. Os islâmicos não rejeitaram a cultura dos povos conquistados. Giles relata que “atribui-se ao próprio Maomé o seguinte ditado: ‘Aquele que sai de casa à procura da sabedoria anda nos caminhos de



Deus'; e: 'A tinta do homem de estudos é mais santa que o sangue do mártir' (GILES, 1967, p.77).

Após a morte do profeta Maomé, a religião islâmica divide-se em função de disputas de sucessão. Originam-se seus principais ramos: os sunitas e os xiitas. Para estes é o imã (autoridade religiosa) que deve conduzir a educação por meio de interpretações do Alcorão de acordo com o grau de iniciação; para aqueles, o Alcorão deve ser seguido rigidamente sem variação de interpretação. Mesmo com essas diferenças, em meados do século X, ocorreu a construção de diversas escolas primárias para ensinar a escrita, a leitura e o Alcorão. Também se criaram bibliotecas e centros de estudo e pesquisa que, além de conterem a teologia e o direito, incluíam a Matemática, a Astronomia, a Lógica, a Literatura, a Filosofia, a Retórica e a Gramática (GILES, 1967; p.77), tornando as cidades islâmicas verdadeiros centros de construção e difusão do saber. As Cruzadas foram o ponto de encontro entre a cultura islâmica e a cristã. Apesar de não atingir seu objetivo primeiro (a conquista da Terra Santa), além de ter acirrado a hostilidade entre cristianismo e islamismo, as Cruzadas proporcionaram o contato com outras culturas, o renascimento do comércio e o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, o que modificou a sociedade ocidental. As cidades voltam a se povoar e, com a inserção de novos conhecimentos e a recuperação da filosofia grega, a cultura do Ocidente cristão é revitalizada.

## RENASCIMENTO E IDADE MODERNA

O Renascimento inicia, no século XV, uma nova era na constituição da educação moderna. Esse nome representa a retomada dos valores greco-romanos, rompendo com a visão ascética e triste da vida, característica da Idade Média, e dá lugar a uma nova concepção humana, alegre, da existência" (LUZURIAGA: 2001; p.93). O humanismo, como acaba por ser conhecido esse movimento, buscava um novo homem e uma nova cultura, em contraponto ao chamado obscurantismo que lhe antecedia. Para Aranha:

Durante o Renascimento prevaleceu a tendência um tanto exagerada, e até injusta, de considerar a Idade Média, na totalidade, como "idade das trevas" ou "a grande noite de mil anos". [...] O retorno às fontes da cultura greco-latina, sem a intermediação dos comendadores medievais, é um procedimento que visa também à secularização do saber, isto é, a desvesti-lo da parcialidade religiosa, para torná-lo mais propriamente humano. Procura-se com isso formar o espírito do homem culto mundano, o gentil-homem (ARANHA, 1996, p.86).

É uma época voltada à busca pela individualidade, pelo poder da razão de cada um para estabelecer seus próprios caminhos. A Revolução Comercial do século XVI, que se caracterizou pelo novo modo de produção capitalista, acentua a decadência de feudalismo, cuja riqueza era baseada na posse de terras. A Renascença foi o período das grandes invenções e viagens ultramarinas decorrentes da necessidade de ampliação dos negócios e enriquecimento da burguesia. Inova inclusive na religião, criticando a estrutura autoritária da Igreja. Interesses políticos nacionalistas e de natureza econômica sustentaram os movimentos de ruptura representados pelo Luteranismo, Calvinismo e Anglicanismo. A Igreja Católica reagiu prontamente com a Contrarreforma.

A Reforma é importante no contexto educacional, pois buscava uma renovação que retornasse às origens, sem o intermédio da hierarquia eclesiástica cristã, e com a característica humanista de defesa da personalidade autônoma, restabelecendo o vínculo entre o fiel e Deus. A educação

se torna um importante instrumento, permitindo a leitura e interpretação da Bíblia. Destaca-se o trabalho intenso de Lutero para a implantação de um novo sistema escolar: da escola primária para todos. É a primeira vez que se fala em educação universal. Para ele, o Estado era quem devia assumir a tarefa da educação para todos. No entanto, ainda se previa que os trabalhadores recebessem uma educação mais simples que as camadas mais privilegiadas. O sistema de instrução deveria ser gratuito.

Por seu lado, os Jesuítas, organizaram, para orientar suas práticas, o *Ratio Institutio Studiorum*, publicado em 1599 pelo padre Arquaviva, que continha os planos, programas e métodos da educação católica. A educação jesuíta encaminhou-se para a formação do burguês, descuidando-se da formação das classes populares. O fundador da companhia de Jesus era Inácio de Loyola, filho de burgueses. Por força das circunstâncias, em virtude das descobertas de novos territórios, tiveram que atuar nos dois lados: primeiro, a formação burguesa e, segundo, a formação catequética das populações indígenas. Buscava-se a autonomia para os ricos e a obediência para as demais pessoas. A burguesia temia que a educação das massas provocasse o desequilíbrio na ordem que então se estabelecia. Diderot, organizador ativo da obra “A enciclopédia”, é um dos que defendem a educação democrática, aconselhando a universalização da instrução, já que, para ele, é mais difícil explorar um camponês que sabe ler do que um analfabeto.

É um período de grande interesse pela educação. Proliferam colégios e manuais para alunos e professores. “Educar torna-se questão de moda e uma exigência, segundo a nova concepção de homem” (ARANHA: 1996; p.90). Com o aparecimento dos colégios, surge uma nova imagem de infância e de família. Surge a classificação dos alunos por idade, em especial a partir do século XVII, época em que está ocorrendo o Renascimento Científico.

Os séculos XVII e XVIII abrigaram o movimento cultural chamado de Iluminismo. Foi um movimento europeu, com predominância na Inglaterra, Holanda e França. Representou o auge das transformações culturais iniciadas no século XIV pela Renascença. Se valendo dos valores da burguesia, o Iluminismo favoreceu o aumento dessa camada social. Suas marcas principais foram: a valorização do culto da razão e predominância da ciência; crença no aperfeiçoamento do homem e a liberdade política, econômica e religiosa.

A modernidade encaminha o final das explicações religiosas e busca a autonomia da razão. O pensamento moderno é de tendência antropocêntrica, ou seja, resgata a dimensão humana sob todos os aspectos:

Um deles é compreender o sujeito do conhecimento, questão dominante na Idade Moderna. Filósofos como Descartes, Bacon, Locke, Hume, Spinoza discutem a teoria do conhecimento e ocupam-se com o problema do método, isto é, com os procedimentos da razão na investigação da verdade. Método significa direção, caminho para um fim, instrumento que permite a construção do conhecimento (ARANHA: 1996; p. 105).

Jean-Jacques Rousseau, é considerado o “pai” da pedagogia contemporânea. Revolucionou-a colocando a criança como o centro de sua teorização. Com a sua obra “o Emílio”, esboça as linhas gerais que deveriam ser seguidas para que a educação constituísse a criança em um adulto bom. Para Rousseau, a criança era um ser, por natureza, bom e inocente.

Atento leitor de Rousseau, sobretudo de “o Emílio”, Johann Pestalozzi defende os conceitos

de criança, família e instrução. Tanto Rousseau quanto Pestalozzi consideravam o ser humano de seu tempo excessivamente cerceado por convenções sociais e influências do meio, distanciado de sua índole original — que seria essencialmente boa para Rousseau e potencialmente fértil, mas egoísta e submissa aos sentidos, para Pestalozzi

A pedagogia da época utiliza o rigor das ciências da natureza e busca deixar para trás a estética do humanismo renascentista. A pedagogia moderna exigirá, então, uma nova didática. De acordo com Aranha: A escola moderna, em consonância com seu tempo, propõe-se uma tarefa: se há método para conhecer corretamente, deverá haver para ensinar de forma mais rápida e mais segura (ARANHA: 1996, p.108). Partindo dessa visão, João Amos Comênio, pastor protestante, escreveu a obra *Didática Magna* (1657), um método pedagógico para ensinar com rapidez e eficiência. Comênio elaborou vários manuais para os mestres, uma novidade na época, detalhando minuciosamente os procedimentos de ensino. Para ele, a escola deveria ser unificada e ensinar o conhecimento das coisas ao invés de ensinar palavras, “[...] o que representa viva oposição ao ensino retórico dos escolásticos. O ensino deve ser feito pela ação e estar voltado para a ação: “só fazendo, aprendemos a fazer” (ARANHA: 1996; p.108).

Por seu turno, o filósofo alemão Immanuel Kant insiste na importância da predisposição, por parte da criança, para desenvolver a bondade moral. Para o filósofo, o treino e a disciplina são necessários para desenvolver predisposições em direção do crescimento moral. Assim, o principal objetivo do processo educativo é um mundo moral e socialmente regenerado.

No século XVIII ocorre a transição do controle da educação da Igreja para o Estado. Os jesuítas ainda possuíam colégios espalhados por todo mundo, mas as críticas à sua educação dogmática são enormes, fazendo com que a Companhia de Jesus seja extinta em 1773, pelo papa Clemente XIV. Ocorre, então, uma desestabilização do sistema escolar. Para os iluministas a educação deveria ser separada da religião, com escolas laicas e livres de privilégios de classe. Mesmo assim, prevalecia a diferença de ensino, ou seja, uma escola para o povo e outra para a burguesia. Essa realidade se torna um pouco diferente nos estados da Alemanha, onde o governo reconhece a necessidade de investimentos em educação. A burguesia, por seu turno, fazia enormes esforços para estabelecer o controle da educação por meio das instituições do ensino público nacional.

Observa-se que, no século XVIII, inicia-se o processo de universalização do ensino. Apesar disso, somente no século XIX este se efetiva, com a intervenção crescente do Estado, o estabelecimento da escola universal, leiga, gratuita e obrigatória (ARANHA, 1996; p.86-95). A Igreja Católica não aceitou passivamente a progressiva exclusão de suas funções tradicionais de assistência e educação. Estado moderno e Igreja católica aparecem em contestação, no que se refere ao tema da educação, na medida que a Igreja continuou considerando sua função exclusiva a educação dos jovens. Neste sentido é que passam a existir congregações educativas, como a congregação salesiana, fundada por Dom Bosco, que se mantém até nossos dias (MANACORDA, 1997; p.280). Neste ínterim de novos espaços, objetivos e sujeitos educativos, é que se acentua a problematização dos métodos pedagógicos, devido também ao surgimento das ciências humanas, como a psicologia. (ARANHA, 1996; p. 86-95).

## IDADE CONTEMPORÂNEA

O século XX foi um período marcado por grandes disparidades sociais resultantes da excessiva concentração de renda. Época dramática e conflituosa, porém, apresenta um caráter inovador na vida social, tanto nos aspectos político-econômicos quanto culturais. Os choques entre as potências imperialistas, decorrentes da colonização, culminam no conflito armado da I Grande Guerra (1914- 1918). A revolução Russa (1917), a crise gerada pela Bolsa de Nova Iorque (1929), a sua superação e conseqüente penetração do capital americano e o começo da ascensão dos EUA. Outras duas grandes marcas do século foram as doutrinas totalitárias do Fascismo de Mussolini, na Itália em 1922 e do Nazismo de Hitler na Alemanha em 1933, que provocaram a segunda guerra mundial (1939-1945). A ruptura dos blocos comunistas (segunda metade do século XX), a revolução de maio em Paris (1968), dentre outros, foram fatos que marcaram o século.

Há uma profunda e radical transformação no campo educacional. A escola é transformada na instituição-chave da sociedade democrática. O ideal libertário a alimenta, dando vida às experimentações escolares e didáticas, baseadas no primado do fazer. O ativismo realizou uma reviravolta radical na educação, colocando no centro a criança, as suas necessidades e as suas capacidades; o “fazer”, que deve preceder o “conhecer”, o qual procede do global para o particular. No arcabouço dessa consciência educativa estavam as descobertas da psicologia, como também o movimento de emancipação das massas populares. As “escolas novas”, tiveram ampla ressonância no mundo pedagógico. Elas se nutrem de uma ideologia democrática e progressista, Pedagogia inspirada em ideais de participação ativa dos cidadãos na vida social e política.

A pedagogia do século XX, além de ser tributária da psicologia, da sociologia e de outras, [...] como a economia, tem acentuado a exigência que vem desde a Idade Moderna, qual seja, a inclusão da cultura científica como parte do conteúdo ensinado (ARANHA: 1998; p.166).

Com fundamentação nessa ideologia, criaram-se muitas escolas, dentre elas as escolas de métodos ativos, em que se destaca Maria Montessori, empenhada em desenvolver o processo de individualização do ensino, enfatizando a autoeducação; e Ovide Decroly, que parte da ideia de que o indivíduo aprende como uma totalidade, mantendo afinidade com a teoria da gestalt; as escolas de trabalho, já que uma de suas características da escola nova é a preparação para o trabalho, em que se destaca Georg Kerschensteiner, sofre influência de Pestalozzi e Dewey; que se sustenta nos pilares: educação profissional, moralização da profissão e moralização da sociedade; e Célestin Freinet, que valoriza o trabalho manual e em grupo, estimula a cooperação, a iniciativa e a participação.

A escola nova foi duramente avaliada e criticada, com especial atenção pelos teóricos crítico-reprodutivistas, que desaprovam o caráter otimista de seu projeto. Avaliam-se, também, o pedocentrismo: supervalorização da criança, ausência de disciplina, falta de cuidado na transmissão do conteúdo, centralismo psicológico e intensificação do individualismo. É preciso reconhecer, no entanto, que os estudos da medicina neurológica, psicologia, biologia, realizados pelos escolanovistas, contribuíram para uma outra visão sobre a educação.

O século XXI gerou uma série de transformações nos mais variados setores da vida humana. A globalização obrigou os países a reformar seus sistemas educativos. Algumas deram ênfase ao ajuste estrutural; outros procuraram o caminho da descentralização da gestão e do financiamento e

outros, ainda, optaram pela privatização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer que estamos numa odisseia incerta. Caminhamos construindo uma itinerância que se desenvolve entre a errância e o resultado, muitas vezes incerto e inesperado, de nossas estratégias. A incerteza nos acompanha e a esperança nos impulsiona. Estamos perdidos, e nessa condição do humano não se trata de buscar a salvação, mas de procurar o desenvolvimento da hominização (MORIN, 2003, p. 93).

Os acontecimentos ocorridos, especificamente na segunda metade do século XX, como a automação, a comunicação eletrônica, a cultura da informação, a mundialização da cultura e da economia, a explosão demográfica; desenvolvimento extraordinário da ciência e da tecnologia, transformando-nos na sociedade da informação, transformam o modelo da escola tradicional em algo anacrônico e que não responde mais às necessidades do contexto atual.

Estamos no meio de uma crise sem precedentes. Os paradigmas atuais não são suficientes para atender um mundo em constante transformação. Os desafios do milênio têm que se ater a um mundo em alta velocidade de transformação, onde os antigos dogmas não sobreviveram. A defesa do meio ambiente, as questões de gênero, raça, minorias, pluralidade e outras que permeiam a mídia, se confundem com os velhos dilemas políticos e econômicos. Os desafios da educação para o terceiro milênio devem levar em consideração o impacto da imagem e a importância de uma sociedade que se caracteriza pelo excesso de informação. O acesso às novas tecnologias, à informação e ao conhecimento exigem uma nova educação. Ela deve ser ágil, participativa, crítica e permanente. A solução, no entanto, ainda está por vir!

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.

GILES, Thomaz Ransom. **História da Educação**. São Paulo: E.P.U., 1987.

JAEGER, Werner. Paidéia. **A Formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Teorias modernas sobre cultura**. In: Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982, 2 v.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

MORIN, E. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Livraria Bertrand Brasil, 2001.

Com dois autores.

ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. **História da Pedagogia**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981. 4 v.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. Campinas (SP): Papyrus. 1993.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Entidade como autor.

UNESCO. **Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.



E-mail

[atendimento@fabrange.edu.br](mailto:atendimento@fabrange.edu.br)

Telefone Fixo (11) 4941-1735

 (11) 94037-5827

